



2010



**Grandes Opções do Plano
e Orçamento para 2010**

Grandes Opções do Plano e Orçamento Apresentação

Enquadramento Legal

As Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento surgem na sequência do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicado no D.L. n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, constituindo um dos documentos previsionais obrigatórios objecto de elaboração e aprovação.

Pelo D.L. n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, foram estabelecidas as fases de implementação do POCAL e revogados os D.L. n.º 341/83 e 226/93, de 21 de Julho e de 22 de Junho, respectivamente, e o Decreto Regulamentar n.º 92-C/84, de 28 de Dezembro. Pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, foram introduzidas as últimas alterações na legislação do POCAL.

Linhas Estratégicas de Desenvolvimento

As Linhas Estratégicas de Desenvolvimento constituem objectivos gerais, de natureza estratégica, correspondentes às grandes opções de desenvolvimento da acção municipal, enquadrando as actuações do Município nas mais diversas áreas da responsabilidade autárquica.

Neste sentido, a principal preocupação ao nível da sua elaboração centrou-se na construção de um enquadramento susceptível de sustentar as orientações e desígnios estratégicos que o Município preconiza para o desenvolvimento local até 2013, dentro dos limites impostos pela grave situação financeira do Município e pelas disponibilidades dos recursos ao seu alcance.

Organização

Os documentos previsionais são as GOP e o Orçamento. Para melhor organização e explicitação, foi adoptada a seguinte estrutura individualizada de documentos:

- Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- Actividades Mais Relevantes ou Plano de Actividades Municipais(PAM).

Ainda que o Decreto-Lei n.º 54-A/99 apenas refira a obrigatoriedade de apresentar o PPI, considera-se oportuno, sobretudo neste primeiro ano do mandato, evidenciar o PAM, com estrutura idêntica à daquele, que na sua agregação constituem as GOP.

Estrutura e conteúdo

As Grandes Opções do Plano definem as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local e incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos e as actividades mais relevantes da gestão autárquica.

A organização das GOP integra, em termos de quantificação da actividade municipal:

- O Plano Plurianual e Investimentos, que perspectiva os projectos/acções com contrapartida em despesas de investimento;
- As Actividades Mais Relevantes ou Plano de Actividades Municipais onde se prevê as restantes despesas que não são consideradas despesas de funcionamento corrente nem despesas de investimento.

Estes documentos permitem, por Objectivo e por Programa, o conhecimento do plano anual de actividades com o grau de detalhe necessário a uma gestão criteriosa de meios financeiros disponíveis. Os projectos/acções incluídos têm ligação directa ao Orçamento através de rubricas orçamentais.

▪ O Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos obedece aos documentos normalizados e integrados no POCAL, nomeadamente o quadro apresentado no ponto 7.1. do D.L. nº 54-A/99. Poderá ter um horizonte móvel de quatro anos e inclui todos os projectos e acções a realizar no âmbito dos objectivos estabelecidos pela autarquia e explicita a respectiva previsão de despesa.

O conteúdo do Plano Plurianual de Investimentos, atendendo ao enquadramento legal estabelecido, reporta, apenas, aos projectos/acções financiados por despesas de investimentos (código POCAL 07 – Aquisição de Bens de Capital), os quais constituem a globalidade dos investimentos a realizar pelo Município de Castelo de Paiva.

A tipologia destes projectos, que permitem o eventual tratamento plurianual, resume a parte central dos montantes anuais dispendidos na actividade municipal e correspondem à grande maioria das Despesas de

Capital (estando as restantes incluídas no Plano de Actividades Municipais e nos Activos e Passivos Financeiros).

▪ As Actividades Mais Relevantes

Inclui as restantes despesas da actividade do Município, com excepção das despesas incluídas no PPI e das despesas consideradas de funcionamento corrente, serviço da dívida com empréstimos e Passivos Financeiros. Deste modo, adopta-se a mesma estrutura de quadros, codificações, classificações e responsáveis previstos no PPI.

Orçamento

O Orçamento para 2010 tem como base de organização, para além da codificação orçamental e demais quadros determinados pelo POCAL, a estrutura dos serviços (Unidades Orgânicas) em vigor no Município.

O Orçamento que se apresenta totaliza:

	2010 (previsto)	2009 (previsto corrigido)	2009 (executado)
RECEITA CORRENTE	11.419.329,20	11.777.705,00	6.953.021,11
RECEITA DE CAPITAL	14.297.337,07	29.814.098,47	11.300.207,85
DESPESA CORRENTE	11.419.329,20	11.840.705,00	8.000.544,72
DESPESA DE CAPITAL	14.297.337,07	21.566.825,39	9.210.525,62
RECEITA TOTAL	25.716.666,27	41.591.803,47	18.253.228,96
DESPESA TOTAL	25.716.666,27	33.407.530,39	17.211.070,34

A preocupação primeira neste Orçamento é a de iniciar o caminho da recuperação económica, com a redução do défice e a procura do equilíbrio orçamental diminuindo progressivamente, mas de forma decidida, o recurso sistemático à inscrição de receitas irrealistas de inatingível ensaio. Uma meta que só se alcançará a médio prazo, perante o valor colossal de endividamento que o Município enfrenta e a obrigatoriedade de aproveitar todos os fundos comunitários disponíveis até 2013, através de projectos essenciais ao desenvolvimento do concelho.

O exemplo do resultado do sistemático empolamento da receita para cobrir a despesa é evidenciado no quadro supra, no que respeita ao ano de 2009

(veja-se a relação entre os valores previstos e os valores executados naquele ano), mesmo com recurso ao Plano de Regularização de Dívidas.

Para atingir esse objectivo há apostas (ou obrigações) capitais que se impõem:

- Nos custos, o corte nas despesas correntes (conseguindo-se neste ano uma redução superior a 420 mil euros na previsão relativamente ao orçamento do ano passado, mesmo com o aumento dos encargos da dívida e do pagamento de transferências e subsídios relativos aos anos de 2008 e 2009); a redução dos prejuízos de exercício (por exemplo, sustendo as perdas no abastecimento de água, que superam os 70%); a exigência de mais eficiência, eficácia e produtividade dos serviços municipais em geral, e sobretudo da rentabilidade dos trabalhos por administração directa, modernizando-os e dotando-os para tal do equipamento básico mínimo de que carecem para levar a cabo a sua missão;
- Nos proventos, o recurso à alienação de património, sobretudo do edificado, não utilizado ou subutilizado ou não essencial às atribuições do Município, é uma fonte de receita inevitável para o equilíbrio das contas municipais, e, concomitantemente, para diminuir as despesas de funcionamento e evitar, no presente e no futuro próximo, investimentos elevadíssimos e inoportunos com inultrapassáveis obras de reparação ou recuperação de que necessitam - como é evidenciado pelo estado de conservação que patenteiam em resultado de prolongada ausência de manutenção.

Não será expectável que se atinja no corrente ano o montante inscrito nesta rubrica da receita (embora inferior em mais de três milhões de euros à previsão inscrita no orçamento de 2009), perante a morosidade dos procedimentos prévios das alienações, que incidirão no essencial no edificado nas situações atrás referenciadas, na habitação social, e em terrenos cuja venda já foi anteriormente perspectivada ou tentada mas não concretizada, incluindo lotes para a auto construção.

No âmbito da Despesa, foram garantidas as dotações indispensáveis aos compromissos herdados da anterior administração, o pagamento de juros de dívidas, bem como novas actividades expressas nas GOP, sobretudo as que beneficiam de comparticipação dos Fundos Comunitários (projectos da iniciativa do Município e outros partilhados no âmbito da Associação de Municípios do Vale do Sousa), para além das dotações com despesas correntes de funcionamento e serviço da dívida com empréstimos de médio e longo prazo.

Além disso, foram incluídas, como impõe a lei, Provisões para Riscos e Encargos que possam derivar dos vários processos que correm termos em tribunal, relacionados com litígios que se arrastam há vários anos sem

negociação amigável, inscrevendo-se pela primeira vez na despesa, para esse efeito, o montante de 407.191,38€.

No âmbito da cooperação com as Juntas de Freguesia, cabe referir que, apesar do esforço financeiro já feito para pagar o total das dívidas relativas às competências delegadas dos anos de 2008 e 2009, é garantida a continuidade dessa delegação de competências municipais. Pelas razões de natureza financeira com que o Município de confronto, não é possível em 2010 reforçar essa cooperação autárquica ou estendê-la a outras atribuições, sendo este um propósito a cumprir.

Para uma melhor orientação e controlo da execução do Orçamento, das práticas contabilísticas e da gestão financeira em geral, impõe-se proceder a alterações às Normas de Controlo Interno e à implementação da contabilidade de custos, dois objectivos já inscritos no “Quadro de Avaliação e de Responsabilização” da Divisão de Administração Geral para o ano de 2010.

Há também que proceder à total inventariação do património municipal, sobretudo dos bens do domínio público, e à sua avaliação, projecto adiado ano após ano e agora inscrito nas Grandes Opções do Plano de 2010, e à elaboração do Regulamento Interno dos Fundos de Maneio de modo a melhor adequar às necessidades dos serviços.

Em cumprimento do estabelecido na Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, nomeadamente na alínea b) do nº 2 do artigo 53º e alínea c) do artigo 64º, é esta a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2010 que se apresenta, a qual contém o Plano de Investimentos e outras orientações estratégicas que queremos implementar nos próximos quatro anos, bem como o plano das actividades mais relevantes que a Câmara Municipal pretende realizar em 2010, requerendo-se à Assembleia Municipal que aprove estes documentos.

Mais se requer, para uma mais eficiente e pronta concretização dos objectivos e projectos neles contemplados (com o concomitante benefício para o Município e para a sua população), que a Assembleia Municipal conceda, como habitualmente, as seguintes:

AUTORIZAÇÕES GENÉRICAS

AUTORIZAÇÕES GENÉRICAS:

- **Autorização para a Câmara Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, realizar por administração directa (sem prejuízo de, em alternativa ou cumulativamente, recorrer ao concurso de empreitada) obras ou reparações de valor superior ao previsto no referido n.º 2, do artigo 18.º;**
- **Autorização, nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º, e alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para a Câmara Municipal adquirir, alienar ou onerar (por venda, doação ou permuta) bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, mesmo quando a alienação não decorra da execução das opções do plano, recorrendo-se sempre, quanto à venda, ao processo de hasta pública, dispensando-se esta quando se aplique regulamentação própria, quando esteja em causa a permuta por interesse do Município e a alienação para cumprimento de acordos com a Administração Central, com instituições, com cooperativas e com autarquias para a construção ou instalação de equipamentos de índole social ou de interesse público;**
- **Autorização, nos termos da alínea s) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para delegar nas Juntas de Freguesia, sempre que tal se mostre aconselhável e resulte em benefício do Município, competências previstas nas Opções do Plano relativas ao ensino pré-escolar, ao ensino primário, à higiene e saúde pública, à rede viária e sinalização, e outros, incluindo os que se enquadrem nos programas da autorização concedida para a realização de obras por administração directa, com a concomitante transferência dos respectivos meios financeiros, bem como para diferir para 2010 e 2011 os encargos assumidos com as obras delegadas nas Juntas de Freguesia, de acordo com o decurso da empreitada e as disponibilidades financeiras do Município;**
- **Autorização, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do n.º 7 do artigo 38.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, para a Câmara Municipal contrair empréstimos de curto prazo até ao limite fixado no n.º 1 do artigo 39.º da referida Lei n.º 2/2007, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, garantindo os pagamentos atempados na execução de projectos participados pelos Fundos Comunitários.**

Castelo de Paiva, 16 de Abril de 2010.

LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO

Linhas Estratégicas de Desenvolvimento e Programa de Actuação 2010-2013

O Município é uma organização inserida na sociedade e recebe dela impulsos e influências que moldam o seu funcionamento interno e as suas formas de relação com a comunidade. O papel do Município na sociedade local não se deve reduzir a um papel de árbitro ou de um regulador passivo, mas deve assumir a prestação de bens públicos essenciais, como a segurança, o ordenamento do território, a protecção ambiental, a educação e a solidariedade social em prol dos indivíduos e grupos sociais mais vulneráveis e desfavorecidos.

Ao Município cabe igualmente valorizar a capacidade empreendedora e de inovação das organizações da sociedade civil: empresas e organizações sem fins lucrativos (instituições particulares de solidariedade social, instituições religiosas, associações recreativas, etc.)

Devemos conjugar o papel do Município, como definidor de horizontes e objectivos do desenvolvimento local, com estratégias das organizações da sociedade civil que criem riqueza, produzam competitividade e dinamizem a coesão social.

Nas relações com as Freguesias, as entidades políticas territorialmente mais próximas dos cidadãos, o Município deverá promover a descentralização, mediante a prestação de apoio técnico à actuação dos órgãos representativos das Freguesias e a celebração de protocolos de cooperação, tendo como objecto a realização de investimentos e outras actividades de interesse público municipal.

A estratégia de desenvolvimento para o Município de Castelo de Paiva, consubstanciada no presente documento, resulta de uma visão política de futuro.

Esta visão de futuro é baseada no conhecimento directo da situação social, económica e territorial do concelho, das aspirações dos Paivenses, das potencialidades e condicionantes existentes e emergentes a nível local, nacional e inclusive internacional.

Urge pôr em prática novas políticas, alicerçadas em valores e causas, dando voz aos cidadãos, promovendo o debate de ideias, utilizando uma linguagem de verdade, cumprindo os compromissos assumidos, combatendo as desigualdades sociais, gerindo os dinheiros públicos de forma criteriosa e transparente.

É imperioso encontrar soluções para os graves problemas que o concelho atravessa, buscar engenho para tirar a Câmara difícilíssima situação financeira e funcional em que se encontra, para atender às graves dificuldades que grande parte das famílias enfrenta, para retomar o caminho do desenvolvimento sustentado, com ideias criativas e inovadoras, comportáveis pelo orçamento municipal.

É obrigatório acreditar nas potencialidades do nosso Concelho, na sua capacidade empreendedora e solidária, num objectivo de futuro baseado em princípios de

sustentabilidade, que permita às gerações vindouras aqui encontrar condições de vida saudável e de desenvolvimento.

Há que apostar nos problemas concretos das pessoas, porque são elas que verdadeiramente interessam, colocando em plano de relevo o princípio da solidariedade e, a secundá-lo, os valores da tolerância e da protecção dos mais desfavorecidos.

E nesta linha se enquadram as intervenções que contribuirão para ultrapassar fenómenos de exclusão social, e que incrementem a promoção de habitação social e a valorização do património habitacional.

Para alcançar o desenvolvimento sustentado há que apostar nas políticas de crescimento e de emprego, na criação de condições propícias à atracção de investimentos e indústrias, através da concretização de infra-estruturas, de incentivos à fixação de actividades e da sedeação de empresas, na mobilidade das pessoas, na captação dos fluxos turísticos, na elevação dos padrões de vida e de bem-estar.

Mas esse desenvolvimento exige também iniciativas que tenham em vista requalificar os espaços públicos, de forma a criar ou renovar locais de vivência colectiva, impulsionar opções que visem garantir o equilíbrio e a compatibilidade dos vários tipos de ocupação do solo, corrigir as assimetrias entre as Freguesias, e salvaguardar o património cultural e natural.

A revisão do Plano Director Municipal será um marco decisivo para o desenvolvimento desejado, introduzindo-se-lhe alterações profundas que contemplem novos objectivos estratégicos, e reforcem a sua eficácia na gestão do território.

Primazia também para a educação, a cultura, o desporto, a juventude e o associativismo, linha estratégica em que têm lugar de relevo as acções que visam uma eficiente rede escolar, a expansão da acção social escolar, o fomento da prática desportiva e da ocupação sadia dos tempos livres.

Ter escolas com condições pedagógicas, abertas à comunidade, que possam ser a imagem do sentido de futuro que pretendemos trilhar, é um propósito que não se compatibiliza com a Carta Educativa que temos (que mantém e não moderniza), e que exige a aproveitamento de todas as contribuições que sejam disponibilizadas (como os fundos comunitários, que foram até agora desprezados).

A linha estratégica mais importante e premente é, sem dúvida, a do rigor financeiro e de organização e gestão do Município, que assenta na ideia de que os grandes desafios do desenvolvimento local impõem uma governação autárquica cada vez mais eficiente, rigorosa e participativa. Se queremos mudar, devemos mudar pela própria casa.

Impõe-se um conjunto coerente de intervenções nas seguintes dimensões fundamentais: - rigor financeiro na gestão do Município, fazendo face à situação deveras difícil em que este se encontra; - reduzir as despesas de funcionamento e aumentar a eficácia dos serviços municipais; - assumir uma administração rigorosa, aberta e amiga do cidadão; - melhorar o relacionamento com as juntas de freguesia, descentralizando competências e serviços, reavaliando os modos de colaboração, de forma a obter maior produtividade, rigor e responsabilidade nas acções, e mais igualdade na aplicação dos recursos.

A avaliação da situação do Município e a elaboração de uma nova orgânica dos serviços são as acções que recomendam maior celeridade. O quadro de pessoal mostra-se profundamente desajustado da realidade e das necessidades dos Serviços, situação que, além de onerar bem substancialmente os depauperados

cofres do Município, poderá ser causadora de contratempos ao arranque e à prossecução dos objectivos delineados.

É inadiável a valorização e o aproveitamento pleno desse quadro já em funções, orientando devidamente os talentos de cada um, dando especial atenção a questões de aprendizagem organizacional e de formação, de qualidade dos serviços, e do trabalho em equipa.

Aceitar e aproveitar e valorizar os contributos e sugestões de melhoria e de introdução de boas práticas nos Serviços, apresentados pelos trabalhadores, é também fundamental para otimizar as funções municipais, sem prescindir da observação do seu desempenho e conduta, e nunca transigindo perante a falta de zelo, de lealdade e de neutralidade.

Projectar externamente o concelho e aprofundar relações com as autarquias da região, como forma de promover iniciativas e projectos de interesse mútuo, de concertar posições na reivindicação e na definição das prioridades de afectação dos investimentos do Estado, e no relançamento da discussão de temas estruturantes, como o é, por exemplo, o da regionalização.

Melhorar a nossa coordenação com os concelhos vizinhos, potenciar a nossa participação na Comunidade Urbana, criando uma cultura de aproximação que fomenta relações de cooperação adequada para um melhor desenvolvimento local e regional, mas mantendo o ritmo próprio que sempre caracterizou Castelo de Paiva.

Ter relações cordiais e profícuas com o Governo, solicitando-lhe o justo apoio às nossas mais significativas pretensões, com predominância para o combate ao desemprego e o apoio social à população, e a concretização dos projectos que mais importam ao desenvolvimento do concelho e da região, de entre os quais se salientam a conclusão da Variante à EN 222 (ligação aos principais eixos rodoviários do Litoral e do Grande Porto, designadamente à A32 e à A41), a construção do troço da Variante à EN 224 entre Fornos (Castelo) e a ZI de Felgueiras, o início célere do IC35, entre Castelo de Paiva e Penafiel (A4) e Castelo de Paiva e Sever do Vouga (A25).

Trabalhar de frente para as empresas e para os empresários do Concelho. É impensável virar as costas a quem contribui de forma decisiva para a economia e para o emprego do concelho, antes incentivando a sua participação para que Castelo de Paiva ressurgisse da crise em que mergulhou e retomasse o caminho do desenvolvimento e do progresso interrompido.

Conjugar esforços com as forças vivas do concelho, com todas as instituições, IPSS, associações culturais, recreativas e desportivas, com os movimentos e instituições religiosas, nomeadamente com a igreja católica, com as escolas, com os empresários, comerciantes, agricultores e profissionais liberais, com todos os que de forma directa e indirecta desenvolvem a sua acção neste concelho, envolvendo-os na concretização do projecto estratégico que servirá o concelho.

Partilhar com as Juntas de Freguesia a resolução dos problemas que condicionam a vida do cidadão, e cuja resolução contribui decididamente para o aumento da qualidade de vida das comunidades locais, exigindo capacidade de realização, rigor, competência, e compreensão para com a situação difícil do Município, para com o projecto de intervenção global no Concelho, para com a necessidade de canalizar preferencialmente os recursos para os projectos que aproveitam os fundos comunitários, e para o facto de todo o apoio a conceder terá necessariamente de assentar numa base de justiça e equilíbrio.

As Opções do Plano que apresentamos estão longe de ser e de responder ao que efectivamente almejamos para Castelo de Paiva. Os condicionalismos financeiros transitados obrigam-nos a adiar, ou a apresentar de forma contida e responsável, o que efectivamente pretendemos para o Concelho.

Como se pode verificar, o grande volume de encargos está relacionado com compromissos já assumidos no passado, a que se junta a monstruosa dívida que o Município apresenta, e para a qual urge encontrar soluções.

Não obstante o panorama descrito, é possível identificar as grandes linhas de actuação por que este Executivo se orientará, sendo visíveis as novas formas de agir e estar, no respeito do programa com que se apresentou a sufrágio, lançando as novas bases do "edifício autárquico".

LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO E PROGRAMA DE ACTUAÇÃO

A concretização destas estratégias evoluirá segundo um conjunto de programas, de carácter sectorial, cuja implementação, embora inserida nas esferas de competência da Município, deve mobilizar toda a comunidade local, designadamente, envolvendo os organismos desconcentrados da Administração Pública Central, as Freguesias e as diferentes organizações da sociedade civil, que para tal tenham vocação ou competência.

O Município, já foi dito, assume um papel fundamental de dinamização do tecido social do concelho, cuja actuação excede a mera visão de satisfação de necessidades colectivas em matéria de infra-estruturas básicas, pressupondo uma atitude mais interveniente e global, que promova a qualidade como dimensão fundamental do desenvolvimento.

Aceitar a prioridade das questões da qualidade, com todas as consequências, implica dispensar especial atenção à qualidade de vida dos cidadãos, o que pressupõe como essencial a valorização do espaço territorial, a qualificação dos recursos humanos e a promoção da solidariedade social.

Além disso, a estratégia do desenvolvimento do Município tem em conta outros desafios colocados ao concelho de Castelo de Paiva, nomeadamente a sua participação na Comunidade Intermunicipal, que deve ser reconhecida como instituição âncora do desenvolvimento da região, com a consequente transferência de poderes e de recursos por parte do Governo da República.

O desenvolvimento sustentável do concelho passa igualmente pelo reforço da cooperação entre o Município e a Administração Central, através de formas adequadas de contratualização, bem como pela consideração do Vale do Sousa como área prioritária, no plano nacional, do investimento público por parte do Governo e dos Fundos de Coesão da União Europeia.

O Município defende a seguinte visão política para o futuro da comunidade local: fazer de Castelo de Paiva um Concelho Solidário, Sustentável, Competitivo e Coeso, e que seja uma referência de desenvolvimento e um território que ofereça aos seus habitantes melhores condições de vida.

Nesse âmbito, são enunciadas as seguintes Linhas Estratégicas de Desenvolvimento:

- **Rigor Financeiro, Organização e Gestão do Município**, que tem como finalidades principais o fomento da qualidade na governação autárquica, a melhor gestão dos meios financeiros, a aposta na qualificação dos serviços, a valorização dos recursos humanos, e a interligação com as Freguesias na resolução dos problemas da população.
- **Acção Social e Políticas Sociais Integradoras**, que tem como principais finalidades desenvolver a coesão e a justiça social, uma melhor protecção social das famílias, em particular das mais vulneráveis e uma saúde mais equitativa.
- **Políticas de crescimento e de emprego**, que assume como principais finalidades potenciar a competitividade, promover a dinamização de actividades económicas, geradoras de emprego durável e de riqueza.
- **Qualificação Territorial e Ambiental**, que tem como principal finalidade promover a qualidade de vida dos Paivenses e o desenvolvimento sustentável do concelho, o que passa por uma forte aposta na valorização dos recursos ambientais e na coesão territorial.
- **Educação, Cultura, Desporto, Juventude e Associativismo**, que visa o reordenamento eficiente da rede escolar e na expansão da acção social, a renovação da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico, a expansão da educação pré-escolar, a adopção de projectos educativos complementares, a valorização da cultura e do desporto, incentivando a ocupação dos espaços culturais, de aprendizagem artística e dos equipamentos desportivos, e a dinamização de um associativismo forte e unido, de modo a atrair, formar e fixar uma população jovem, empreendedora, orgulhosa da sua identidade e virada para os desafios do futuro.

A concretização das Linhas Estratégicas de Desenvolvimento implica a consolidação de um modelo de gestão por objectivos, o que passa pela estruturação das Grandes Opções do Plano por Programas de Actuação.

Procura-se desta forma alcançar níveis acrescidos de eficiência, de transparência e de responsabilidade na utilização dos recursos públicos.

De uma forma sintetizada, apresenta-se a articulação entre as Linhas Estratégicas de Desenvolvimento e os Programas de Actuação:

1ª. Linha Estratégica

Rigor Financeiro, Organização e Gestão do Município

A consolidação do Município como instituição âncora do desenvolvimento local constitui um vector essencial para o progresso do concelho.

Este programa assenta na ideia de que os grandes desafios do desenvolvimento local impõem uma governação autárquica mais eficiente, rigorosa e participativa, enquadrada num conjunto coerente de intervenções: - rigor financeiro na gestão do Município, fazendo face à situação deveras difícil em que este se encontra; - modernização dos serviços públicos municipais, tendo presente que a difícil situação económica não é obstáculo à prosperidade e à criação de riqueza e bem-estar social, e que pode ser ultrapassada com ideias criativas e inovadoras e fazendo os Serviços da Câmara funcionar e trabalhar com vontade, dedicação e método; - relacionamento com as juntas de freguesia, reavaliando os modos de colaboração, de modo a obter maior produtividade nas acções e mais igualdade na aplicação dos recursos; - reforço da cooperação institucional entre o Município, o Governo, a região e a sociedade civil, para que se alcance mais e melhores benefícios e dividendos para o Município e para os paivenses.

1 - Rigor Financeiro e Modernização da Administração Municipal -

Assume-se como prioritário e fundamental o desígnio estratégico de dar estabilidade financeira e organizacional ao Município, implementar medidas de rigor e de controlo financeiro, reduzir a dívida que sufoca a actividade municipal, impulsionar a modernização da administração de modo a aumentar a eficiência e a qualidade no serviço público prestado aos cidadãos, promover a administração municipal como condição fundamental para uma governação autárquica mais qualificada e para o reforço dos padrões de qualidade e de eficiência na prestação dos serviços aos cidadãos.

Pretende-se, bem assim, reforçar o contributo da administração municipal para o desenvolvimento do concelho, através da modernização das suas formas de organização e de funcionamento, da simplificação dos procedimentos administrativos, da valorização das novas tecnologias de informação e comunicação e da melhoria constante da interacção com as pessoas.

- **Promover a redução das despesas de funcionamento**, para tirar o Município da grave situação financeira em que se encontra, implementando uma política de rigor e de controlo financeiro na gestão da Câmara, aumentando a eficácia e o trabalho dos Serviços Municipais, disciplinando as suas tarefas, exigindo mais produtividade, apostando decisivamente na realização de trabalhos e de obras por administração directa, com mais rapidez e com mais baixo custo, aplicando os dinheiros públicos no que é essencial ao desenvolvimento do concelho e à melhoria das condições de vida das pessoas.

- **Institucionalizar um sistema eficaz e transparente de auditoria financeira**, de compras e de obras públicas, escolhendo, por norma, os concursos públicos para a execução de empreitadas e para a aquisição de bens e serviços, fazendo funcionar a lei da concorrência e do mais baixo preço, com resultados positivos para a poupança do Município.

- **Assumir uma administração municipal rigorosa, aberta, moderna e amiga do cidadão**, generalizando o uso das novas tecnologias (sistemas de informação) na prestação de serviços, garantindo uma maior transparência e celeridade nos procedimentos, e reduzindo para metade o tempo de demora dos processos de licenciamento de obras.

- **Rever a organização dos Serviços**, com a reformulação integrada dos sistemas de atendimento e de informação, com o objectivo de assegurar uma melhoria nas

condições de funcionamento, impor uma cultura de modernização e desmaterialização de processos, suportados por maior segurança e prontidão da Informação.

- **Desenvolvimento da formação dos trabalhadores municipais**, tendo como objectivos modernizar a administração municipal, aumentando decisivamente o nível de qualificação dos seus recursos humanos, e dotar o Município de maior capacidade para responder eficazmente aos novos desafios da descentralização, do desenvolvimento local e regional e da sociedade do conhecimento.

- **Desenvolvimento de um novo Portal do Município** bem como as tarefas transversais de gestão e de suporte, que vise a prossecução dos seguintes objectivos: melhorar a comunicação Institucional e reforçar a imagem do Município como uma instituição moderna e atenta aos sinais dos tempos; facilitar aos cidadãos o acesso a informação pertinente, de acordo com as suas áreas de interesse; estabelecer um canal de comunicação eficiente com a comunidade local e o exterior; promover a divulgação de eventos, notícias e documentos de interesse local, de uma forma organizada.

- **Criação de Balcão Único de Atendimento com Recurso a Tecnologias Multicanal**, promovendo um sistema de governação electrónica ao serviço dos cidadãos, com a instalação de um sistema que cumpra os novos objectivos de circulação de informação, assentando nos seguintes princípios: implementação de um sistema de backoffice, com workflow e gestão documental, onde toda a informação flua de forma digital e estruturada; implementação de portais Internet de forma a permitir o atendimento on-line, onde os cidadãos podem acompanhar o desenrolar dos seus pedidos, marcar uma audiência, esclarecer uma dúvida, etc.; permitir um sistema de relacionamento e comunicação facilitada com os cidadãos; modernizar as formas de ligação com o cidadão; disponibilizar informação em tempo real; facilitar a configuração da informação a disponibilizar.

- **Desenvolvimento do sistema municipal de informação geográfica**, através da disponibilização aos cidadãos de sistema ou plataforma própria que assegure a tramitação desmaterializada dos procedimentos das operações urbanísticas, incluindo de informação prévia, e a entrega e recepção de elementos por via electrónica online, nos termos da Lei n.º 60/2007 e na Portaria n.º 216-A/2008. Esta informação recolhida permitirá, também, aperfeiçoar e aprofundar a Informação geográfica existente, com o tratamento da informação dos procedimentos das operações urbanísticas, garantindo a actualização contínua da cartografia do território municipal, e a sua consequente disponibilização no Portal do Município.

- **Qualificação e optimização do funcionamento interno dos serviços municipais**, através de medidas inovadoras que dinamizem novos processos de trabalho, assentes na modernização dos canais de informação e comunicação, a adopção de estruturas organizacionais mais eficientes e, em geral, a racionalização dos recursos humanos, materiais e informacionais.

- **Desburocratização e desmaterialização dos processos administrativos**, englobando uma melhor gestão desses mesmos processos, um melhor controlo dos prazos dos mesmos e outros mecanismos que contribuam para uma resposta mais eficiente às solicitações dos cidadãos, das empresas e das organizações da sociedade civil.

- **Implementação do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública**, como um instrumento de orientação, avaliação e desenvolvimento dos trabalhadores municipais para a obtenção de resultados e demonstração de competências profissionais, criando condições para uma gestão baseada na valorização das competências e do mérito e para a melhoria da qualidade nos serviços da administração municipal, tendo em vista promover a excelência e a melhoria contínua dos serviços prestados aos cidadãos e à comunidade paivense.

- **Informatização da Rede Municipal de Leitura Pública** permitindo, assim, uma efectiva gestão integrada de informação dos serviços prestados a todo o tipo de utilizadores. A disponibilização do catálogo no formato WEB OPAC criará condições para um acesso mais facilitado dos utilizadores à informação bibliográfica existente.

- **Cadastro, avaliação e inventariação do domínio público municipal**, procedimentos não só impostos por lei, mas também importância extrema para assegurar adequadamente a integridade e permitir a rendibilidade do património imobiliário público.

2 - Freguesias e Cooperação Institucional - O desenvolvimento coeso do território concelhio passa pelo reforço do papel das Freguesias como instituições públicas mais próximas dos cidadãos, impondo-se potenciar o seu papel no desenvolvimento das comunidades locais que constituem o concelho. Neste contexto, a actuação das Freguesias será prosseguida com o apoio e o empenhamento do Município, nas vertentes financeira e técnica.

Promover e reforçar a visibilidade externa do concelho, recolocar a credibilidade na sua imagem, e apostar nas parcerias institucionais que contribuam para o seu desenvolvimento económico, social e cultural, é um desiderato que o Município pretende alcançar.

- **Colaboração com as Juntas de Freguesia**, descentralizando competências e serviços, aplicando novos métodos que impliquem a obtenção de maior produtividade, o rigor e a responsabilidade no gasto de dinheiros públicos, e mais igualdade entre freguesias na aplicação dos recursos e no apoio prestado.
- **Consolidação da participação do Município na Comunidade Intermunicipal** do Tâmega e Sousa, tendo como propósito a implementação dos planos e projectos de desenvolvimento territorial e outros.
- **Desenvolvimento da cooperação com os Municípios vizinhos**, no âmbito de uma aproximação que fomente relações de cooperação adequada para um melhor desenvolvimento local e regional e para resolução de problemas ou execução de projectos comuns.
- **Reforço da cooperação com o Governo da República**, tendo como finalidade a criação de condições para a concretização de investimentos públicos estruturantes para o desenvolvimento aos níveis concelhio e regional.

2ª. Linha Estratégica

Acção Social e Políticas Sociais Integradoras

O desenvolvimento do concelho só é verdadeiramente harmonioso e equilibrado se tiver presente uma forte dimensão social. Daí emerge a relevância que o Município atribui ao desenvolvimento social como meio de promover a justiça social, atenuar as desigualdades entre as pessoas e combater todas as formas de pobreza e de exclusão.

1 - Desenvolvimento da Rede Social a nível concelhio - A Rede Social contribui para a consolidação de uma consciência colectiva em torno dos problemas sociais e contribuir para a dinamização de respostas inovadoras na promoção do desenvolvimento social.

O Município prosseguirá o empenho na consolidação da Rede Social no concelho de Castelo de Paiva, tendo como finalidade promover um planeamento integrado do desenvolvimento social, mobilizando as competências e os recursos das instituições públicas e privadas, para garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais na comunidade paivense.

- **Implementação do Plano de Desenvolvimento Social (PDS)**, tendo em vista a definição de estratégia de desenvolvimento social do concelho no horizonte temporal até 2015.
- **Implementação de Plano de Acção da Rede Social**, tendo em vista a operacionalização do PDS, que será estruturada em torno de três eixos prioritários: qualificação inicial, empregabilidade e aprendizagem ao longo da vida, promoção da saúde e actuação na vulnerabilidade social.
- **Consolidação do Conselho Local de Acção Social**, como instância concelhia por excelência de parceria Institucional, dotado de competências privilegiadas de consulta e concertação no domínio das políticas de desenvolvimento social.
- **Consolidação e actualização permanente do Sistema de Informação Local**, que permita um conhecimento eficaz da realidade social a nível local.
- **Criação do Balcão Sénior e do Gabinete de Apoio ao Município**, como reforço do projecto do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Local, em parceria com o Centro Distrital da Segurança Social e as Comissões Sociais Inter-Freguesias, tendo como objectivos a melhoria constante do atendimento dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social e o accionamento concertado dos meios, respostas e ou encaminhamentos mais adequados aos problemas diagnosticados.
- **Prestação de apoio técnico à dinamização das Comissões Sociais Inter-Freguesias**, tendo como finalidade o diagnóstico da situação social das comunidades locais que constituem o concelho, e a elevação dos níveis de eficácia das acções das instituições públicas e privadas que actuam a nível local.
- **Prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócio-económica**, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e a promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respectivas capacidades, assegurando a especial protecção e inclusão aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, pessoas portadoras de deficiência e idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social, disfunção ou marginalização social.
- **Correcção do preço da água do abastecimento municipal**, alterando os escalões do tarifário de acordo com as recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), reduzindo o valor da factura mensal (incomportável para muitas famílias). Para tal, serão tomadas medidas drásticas e urgentes para evitar as perdas de água e os consumos abusivos.
- **Promoção e apoio a projectos e acções** que visem a inserção e reinserção socio-profissional dos desempregados.

2 - Apoio ao Emigrante e à Integração de Imigrantes - O Município apostará a criação deste serviço como estrutura de atendimento destinada: - aos cidadãos que estejam ou tenham estado emigrados, aos que estão em vias de regresso, aos que residem ainda no país de acolhimento e aqueles que desejam emigrar; - aos cidadãos imigrantes residentes no concelho, proporcionando-lhes uma resposta integrada e eficaz às diversas necessidades de acolhimento e integração.

3 - Banco Local de Voluntariado - O voluntariado, nas suas diversas formas, desempenha um contributo da maior relevância na qualidade de vida e o bem-estar das populações. O Município, de parceria com as IPSS, apostará na criação do Banco Local de Voluntariado, visando promover a articulação entre a necessidade de trabalho voluntário das instituições, por área de actividade, e a disponibilidade para o exercício do voluntariado, por parte das pessoas e entidades.

4 - Projecto para a Integração Territorial - O Município propõe-se dinamizar, em parceria com as IPSS, no âmbito do programa PROGRIDE, um conjunto de medidas direccionadas para as pessoas mais desfavorecidas, fomentando a sua inclusão social e a melhoria das respectivas condições de vida,

estruturadas em torno dos eixos da escolaridade, da empregabilidade e do empreendedorismo.

- **Parceria com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e os Agrupamentos de Escolas** do concelho, tendo como objectivo a adopção de medidas para assegurar o cumprimento da escolaridade e o combate ao insucesso e abandono escolares.
- **Dinamização do processo de apresentação de candidaturas a Percursos Curriculares Alternativos**, Cursos de Educação e Formação e Cursos Profissionais.
- **Dinamização de acções de formação em educação parental** para pais e mães a nível concelhio, em parceria com os grupos de acompanhamento local e as equipas pluridisciplinares das Comissões Sociais Inter-Freguesias.
- **Prestação de apoio técnico na apresentação de candidaturas aos Programas OTL e Férias em Movimento do IPJ**, quer para instituições, quer para participantes.
- **Dinamização de actividades de ocupação de tempos livres**, as colónias de férias e as Férias do Natal e da Páscoa.
- **Colaboração e divulgação do funcionamento do dispositivo local de validação e certificação de competências**, em interligação com o Ministério da Educação e os Centros Novas Oportunidades.
- **Realização de acções sócio-educativas** destinadas aos públicos mais desfavorecidos, e apoio/parceria à implementação das Oficinas de Projecto por instituições locais.

5 - Promoção do bem-estar dos idosos e da sua inclusão na comunidade - O pleno exercício de cidadania por todos os Paivenses, independentemente da sua idade, constitui um dos objectivos prioritários adoptados pelo Município no âmbito das políticas sociais. Para o efeito, a população mais idosa merece uma atenção especial, considerando a sua vulnerabilidade em relação à evolução económica e demográfica das sociedades contemporâneas. Neste contexto, o Município, em parceria com as entidades públicas e privadas, procederá a implementação de medidas que promovam a valorização do estatuto dos idosos, a sua inclusão e o consequente exercício da cidadania.

- **Dinamização de projecto de exercício físico**, cujos objectivos serão a melhoria da qualidade de vida dos idosos, através dos benefícios da prática da actividade física regular, e a promoção da sua inclusão social, abrangendo actividades lúdicas e desportivas, nomeadamente nas áreas da ginástica, hidroginástica, hidroterapia e dança.
- **Aprofundamento da cooperação com as IPSS e a Universidade Sénior**, tendo em vista a promoção, a valorização e a integração dos idosos.
- **Organização de acções formativas** sobre temas de Interesse para a terceira idade.
- **Organização o programa de Férias Sénior**, juntamente com o INATEL, tendo como finalidade proporcionar um período de férias aos idosos, em especial aos que tenham maiores dificuldades económicas.
- **Organização, em parceria com as IPSS, Juntas de Freguesias e outras instituições, iniciativas/eventos de e/ou para idosos**, como: Janeiras; Carnaval Sénior; Caminhada Sénior; Teatro; Cinema; Exposições; Saraus; Piquenique Sénior; Passeio Convívio; Desfile de Pais Natal Seniores, ou outros.

6 - Promoção da solidariedade na época natalícia - A Câmara Municipal, em parceria com as instituições ligadas à Rede Social, apostará numa cultura de solidariedade a nível local, o que passará pela realização de acções de apoio às pessoas mais vulneráveis na época natalícia.

- **Promoção dos Cabazes de Natal**, um projecto de apoio alimentar aos cidadãos em situação de vulnerabilidade sócio-económica. Esta iniciativa permitirá aos seus destinatários usufruir de uma refeição condigna na época natalícia.
- **Dinamização da campanha "O Natal é para Todos"**, caracterizada pela recolha de peças de vestuário e de brinquedos para posterior distribuição junto das famílias mais desfavorecidas.

7 – Saúde – Considerando que a protecção da saúde constitui um direito fundamental de cidadania, o Município prosseguirá a sua aposta na promoção da educação para a saúde, bem como na prevenção e redução dos riscos das dependências.

Considerando que a principal responsabilidade pela organização da rede de cuidados de saúde cabe ao Governo da República, o Município assumirá a promoção de uma visão de proximidade na estruturação do sistema de saúde a nível concelhio.

- **Apoio e participação na prestação à população**, especialmente aos idosos, deficientes, pessoas com mobilidade reduzida, **de serviços médicos de proximidade**, como consultas médicas em diversas especialidades, cuidados de saúde em unidade móvel de apoio domiciliário, assim como a constituição de um banco de empréstimo de material hospitalar.
- **Exigência na continuidade, com funcionamento pleno, do Serviço de Atendimento Permanente no Centro de Saúde**, ou, em complementaridade, a criação de Unidade Básica de Urgências.
- **Organização de actividades de informação e sensibilização** que promovam a saúde integral das pessoas, nas várias dimensões do bem-estar físico, mental e social.
- **Dinamização de actividades de prevenção primária** do alcoolismo, tabagismo, toxicodependência e outras dependências.
- **Apoio à execução do Plano Nacional de Vacinação**, incluindo o apoio às famílias na aquisição da vacina contra a meningite.
- **Prestação de transporte gratuito aos doentes** em situação de grande carência económica, **para acesso aos Hospitais Centrais**, na parte ou nos casos em que não usufruam desse tipo de benefício facultado pelo Estado.

8 – HABITAÇÃO - O Município tem como um dos seus principais objectivos estratégicos a resolução dos problemas habitacionais a nível concelhio, de modo a assegurar a efectivação do direito fundamental de cada cidadão de dispor, para si e para a sua família, de uma casa segura e confortável.

Para além de assegurar a inclusão social das famílias que já são beneficiárias da política habitacional do Município, a estratégia autárquica aposta na construção de novos fogos habitacionais e na reabilitação do património habitacional.

- **Desenvolvimento de projectos e candidaturas, para retomar a política municipal no âmbito da beneficiação e construção de habitação social e da promoção de loteamentos municipais para a auto-construção** de habitação própria, e, neste quadro, dar resposta às necessidades de grupos sócio-demográficos distintos (jovens, idosos, população de fracos recursos económicos, deficientes ...).
- **Criação de incentivos à construção de habitação** nos lugares em desertificação.
- **Promoção de um programa de apoio à aquisição das habitações sociais** existentes pelos seus arrendatários.
- **Criação do serviço de pequenas reparações domésticas**, destinado a pessoas portadoras de deficiência, idosos ou sem meios de subsistência.

- **Dinamização dos programas nacionais na área da habitação a nível local**, junto dos cidadãos, em articulação de esforços com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), através da prestação de informações sobre os programas em curso e do encaminhamento para os serviços competentes.

9 - SEGURANÇA E PROTECÇÃO CIVIL - A segurança é uma condição fundamental para o exercício da liberdade e dos direitos de cidadania. Neste contexto, a promoção de uma política integrada de segurança a nível local, englobando a salvaguarda da legalidade, a manutenção da ordem pública e a protecção civil, constituirá uma prioridade do Município.

- **Modernização das forças de segurança a nível local**, no que a Câmara Municipal pugnará junto do Governo da República o reforço da capacidade interventiva da GNR, visando a melhoria da acessibilidade e a proximidade das forças de segurança aos cidadãos, assegurando a sua presença nos locais onde são mais solicitadas, e valorizando o seu potencial de prevenção e de combate à criminalidade, exigindo, para isso, a criação do posto territorial da GNR no Couto Mineiro e o alargamento do programa "Escola Segura" no concelho.

- **Consolidação da missão do serviço de polícia municipal**, hoje apenas a cargo de um fiscal municipal, dando-lhe os meios mínimos para que prossiga a sua missão de informar, acompanhar, prestar apoio e sensibilizar todos os cidadãos para a necessidade do cumprimento das leis e dos regulamentos municipais, e implementando as seguintes medidas:

- Reforço da cooperação com as forças de segurança (Guarda Nacional Republicana) e com as entidades de fiscalização e inspecção da administração central do Estado.

- Reforço da fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora das actividades económicas, tendo em vista a regulação eficiente das mesmas.

- Fortalecimento da fiscalização ambiental e urbanística a nível concelhio, mediante o controlo reforçado do cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à protecção do meio ambiente e ao ordenamento do território.

- **Actualização do planeamento municipal no domínio da protecção civil**. Uma das prioridades do Município é a revisão dos instrumentos de planeamento da protecção civil a nível local. Com efeito, o planeamento da protecção civil assume uma especial relevância na coordenação das acções a desenvolver e na gestão técnica e operacional dos recursos a utilizar em situação de acidente grave, catástrofe ou calamidade e no caso de risco de ocorrência destes fenómenos.

- Revisão do Plano Municipal de Emergência, destinado a suprir as lacunas existentes tanto na área da protecção civil, como na identificação de forma sistemática e à escala adequada, dos diferentes riscos do território concelhio.

- Elaboração dos Planos de Prevenção e Emergência para todos os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

- Actualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e implementação das acções nele preconizadas, com vista a fomentar a protecção efectiva da floresta, criando condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais.

- **Apoio financeiro ao corpo de bombeiros voluntários, à Cruz Vermelha Portuguesa e ao Corpo Nacional de Escutas**. A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, o Núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa e o Núcleo do Corpo Nacional de Escutas têm prestado um relevante contributo para o desenvolvimento da protecção civil a nível local.

- Aumentar o valor da cobertura de risco do seguro dos Bombeiros Voluntários;

- Apoiar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários na compra de uma viatura de combate a incêndios;

- Apoiar as instituições atrás citadas no desenvolvimento da sua actividade, considerando que daí advirão benefícios para o reforço da protecção dos cidadãos e dos respectivos bens no concelho.

- **Organização de acções de sensibilização e divulgação no domínio da protecção civil.** Uma aposta do Município será a divulgação e sensibilização no domínio da protecção civil, de âmbito municipal, com o intuito de melhorar o grau de conhecimento e de preparação da população, no que respeita aos riscos a que está exposta.
- **Dinamização de acções de sensibilização sobre os incêndios florestais** e outros riscos naturais e tecnológicos, nos estabelecimentos de ensino e Juntas de Freguesia do concelho.
- **Instalação progressiva de equipamentos de combate a incêndios** nos estabelecimentos da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.

3ª. Linha Estratégica Políticas de crescimento e emprego

O Município não tem beneficiado da grande valia resultante das vultuosas obras e investimento que o Governo tem vindo a fazer no concelho, para criar condições propícias ao investimento, à fixação de novas actividades, indústrias e tecnologia, e à criação de novos empregos.

Há que lutar pelo desenvolvimento do concelho, definir linhas de rumo, aproveitar e cativar oportunidades de investimento, de negócios e de projectos, contribuir para a criação de emprego. Dar particular relevância ao propósito de criar novos espaços de acolhimento de indústrias e a dinamização de incentivos à fixação de novas unidades industriais e à criação de postos de trabalho. Promover as condições de competitividade do concelho, assegurar a dinamização do comércio tradicional. Promover das potencialidades turísticas de Castelo de Paiva, aproveitando as oportunidades associadas ao turismo, criando incentivos à construção de equipamentos que contribuam para o incremento do turismo rural, cultural e dos negócios. Contribuir para o reforço da notoriedade turística do Castelo de Paiva nas suas diversas vertentes, englobando a valorização da oferta turística do concelho e a promoção das suas potencialidades endógenas.

1 - ECONOMIA - Lutar pelo desenvolvimento do concelho, definir linhas de rumo, aproveitar e cativar oportunidades de investimento, de negócios e de projectos, contribuir para a criação de emprego, são os propósitos com que se pretende aumentar o bem-estar e o nível de vida dos Paivenses.

Considerando o papel fundamental da iniciativa privada na dinamização da economia local, a actuação do Município passará também por promover as condições de competitividade do concelho, assegurar a dinamização do comércio tradicional e contribuir para a criação de emprego.

- **Criação condições propícias à criação de novos empregos**, através da atracção de investimentos, de incentivos à fixação de novas actividades, indústrias e tecnologia, construindo para o efeito novos espaços de acolhimento empresarial.
- **Concessão de incentivos à criação de postos de trabalho** para a população paivense, em qualquer área de actividade (assistência social, comércio, serviços, turismo ou indústria), incluindo o apoio às micro e pequenas empresas através do Programa FINICIA, na prossecução dos seguintes objectivos: consolidar o tecido empresarial do concelho; estimular o investimento das micro e pequenas empresas; favorecer dinâmicas de empreendedorismo e inovação; incentivar a criação de postos

de trabalho.

- **Criação da "Via Verde Empresarial"**, serviço para apoiar administrativamente, de forma desburocratizada, todas as empresas instaladas ou que se pretendam instalar no concelho.

- **Criação e registo da marca "Rota do Vinho de Castelo de Paiva"**, que constituirá um roteiro de carácter cultural, gastronómico e de animação turística, que terá como ponto fulcral o vinho aqui produzido, oferecendo aos visitantes, para além da riqueza natural do concelho, a oportunidade de conhecer e visitar as adegas e as quintas, participar nas fainas do campo, provar os seus vinhos, divertir-se nas festas, romarias e outros eventos realizados a propósito pelo Município ou por outras entidades.

- **Obtenção da certificação de produtos**, marcas, espaços e tradições, acreditando no que de melhor temos, realçando aquilo que de ímpar existe no concelho, que tem interesse turístico e que promove o mesmo.

- **Desenvolvimento de estruturas essenciais**, como a rede transportes públicos, centro de transportes, as comunicações e o urbanismo, as quais representam os principais factores de retenção e atracção de famílias e de empresas.

- **Renovação e modernização a rede viária municipal**, tendo como prioridade manter em permanência o bom estado de conservação dos pavimentos, a limpeza das bermas e dos sistemas de drenagem de águas pluviais, a construção de passeios dentro das localidades, e o alargamento e beneficiação das vias que hoje se acham desajustadas ao trânsito que suportam.

- **Restauração e requalificação do Mercado Municipal.**

- **Reestruturação da Feira quinzenal** na sequência da nova legislação aplicável.

- **Dinamização dos Centros Urbanos**, juntamente com os parceiros institucionais e a Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva, tendo como principais objectivos a revitalização dos principais aglomerados urbanos do concelho e o desenvolvimento das actividades económicas aí localizadas, através de iniciativas como: a comemoração das principais efemérides e festividades do ano, com a mobilização de estabelecimentos comerciais a nível local; a dinamização do concurso de montras; a realização de festas e iniciativas culturais, desportivas e de lazer; a dinamização de eventos na época natalícia, com a iluminação das principais ruas comerciais, a organização de acções de animação de rua, ou outros eventos.

- **Promoção de acções de informação e defesa dos consumidores** mediante a realização de acções de formação e informação para o consumo e o estabelecimento de condições que propiciem a resolução célere e segura de litígios em que se envolvam os consumidores.

2 - TURISMO – A actuação do Município visará contribuir para o reforço da notoriedade turística do concelho de Castelo de Paiva, nas suas diversas vertentes, englobando a valorização da oferta turística do concelho e a promoção das suas potencialidades endógenas.

- **Promoção e valorização da gastronomia**, entendida como o resultado de saberes tradicionais que atestam a evolução histórica, cultural e social das populações, que constitui um património Intangível que cumpre salvaguardar e promover. O reconhecimento de um tal valor às artes culinárias cria responsabilidades acrescidas, no que respeita à defesa da sua autenticidade, bem como à sua valorização e divulgação. Neste sentido, o Município dinamizará e apoiará a preservação e valorização da gastronomia como forma de expressão sócio-cultural, valorizando ainda o potencial económico que representa para o desenvolvimento local.

- **Desenvolvimento das potencialidades turísticas de Castelo de Paiva**, aproveitando as oportunidades associadas ao turismo para criar riqueza e emprego, dando incentivos à construção de equipamentos que contribuam para o incremento do turismo rural, cultural e dos negócios.

- **Instalação condigna e dinamização do Posto de Turismo**, aquando das obras de reparação do Edifício da antiga cadeia, como recepção que é de grande parte dos nacionais e estrangeiros que nos visitam.

- **Estudo de acessibilidade alternativa ao cais e praia do Castelo.**
- **Construção do parque de campismo**, equipamento essencial à dinamização do turismo no concelho, apostando para tal numa parceria público-privada.
- **Defesa, valorização e promoção do artesanato** paivense junto do público, de forma a aumentar a competitividade do sector e incrementar as vendas dos respectivos produtos no concelho e no exterior.
- **Promoção e divulgação da imagem turística do concelho**, promovendo um conjunto de medidas destinadas a promover a aumentar a notoriedade do concelho de Castelo de Paiva como destino turístico, através da implementação de um conjunto de medidas de promoção e divulgação das respectivas potencialidades endógenas.

4ª. Linha Estratégica **Qualificação territorial e ambiental**

1 - ORDENAMENTO - O ordenamento do território constitui uma dimensão essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável e coeso do concelho. Ocupando uma posição relevante nas prioridades estratégicas do Município, a actuação a desenvolver no âmbito do ordenamento do território será particularmente dirigida para a consolidação do planeamento territorial a nível local, reconhecido como factor essencial para um desenvolvimento sustentado e equilibrado do território, e para a promoção de intervenções de qualificação e de requalificação urbana, em termos da expansão e valorização dos espaços de fruição pública.

- **Revisão do Plano Director Municipal (PDM)**, cuja desactualização tem severamente prejudicado o desenvolvimento do concelho e os interesses da população. É necessário recuperar o tempo perdido deste processo que há anos se mantém imutável. Primeiro há que adquirir a cartografia digital necessária à sua elaboração. Após a finalização da proposta técnica da revisão do Plano Director Municipal, dar-se-á seguimento à programação da execução do plano, com a identificação dos investimentos prioritários e entidades a mobilizar. Por outro lado, será desenvolvida a avaliação ambiental estratégica do plano, o que permitirá a integração dos valores ambientais na tomada de decisão, procurando visões alternativas e perspectivas de desenvolvimento incorporadas num planeamento que irá servir de enquadramento ao ordenamento do território concelhio. Negociar com Administração Central, em parceria com outros municípios, a afectação de áreas incluídas no Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever para a construção de habitação própria. Paralelamente serão promovidos os procedimentos legais necessários à aprovação do plano e respectivas condicionantes por parte da Comissão de Acompanhamento, da Comissão Regional da Reserva Agrícola e da Comissão da Reserva Ecológica Nacional.
- **Conclusão do Plano de Pormenor de Boure.**
- **Elaboração do Plano de Pormenor da Área Norte da Vila de Castelo de Paiva**, dotando-a de normas urbanísticas estabelecidas em instrumento de planeamento plenamente eficaz, visando promover o seu desenvolvimento harmonioso. Pretende-se, desta forma, regular as intervenções nos edifícios existentes e balizar a volumetria das edificações em espaços livres ou resultantes de demolições autorizadas.
- **Elaboração do Plano de Urbanização da Vila de Santa Maria de Sardoura**, como documento regulador das intervenções urbanísticas destinadas a melhorar os níveis de urbanidade, a adquirir novas referências em termos de espaços urbanos, nomeadamente, através de uma estratégia concertada de regeneração urbana, que permitirá marcar, de forma estruturante, a transformação da freguesia, que dispõe de um potencial de incentivo às novas dinâmicas de modernização e qualificação do seu

tecido urbano, económico, cultural e social. Um programa a estender no futuro à Vila de Raiva e a outras freguesias.

- **Elaboração da carta dos terrenos públicos**, onde serão registados todos os terrenos identificados como tal, sejam propriedade do Município, das Freguesias, de entidades ligadas à Administração Central do Estado, de empresas concessionárias de serviços públicos, ou sejam considerados baldios. Para o efeito, serão igualmente introduzidas as parcelas sobrantes das infra-estruturas promovidas pela Administração Central do Estado, as áreas cedidas através do licenciamento de operações urbanísticas, assim como os terrenos identificados pelas Juntas de Freguesia. Com esta carta, pretende-se assegurar o conhecimento da natureza, da utilização e do valor do património imobiliário público no concelho, permitindo, designadamente, apurar as necessidades efectivas de aquisição e efectuar uma maior eficiência na respectiva gestão, nomeadamente através da sua incorporação na actividade de planeamento municipal.

- **Requalificação do espaço público na Vila de Castelo de Paiva e nos centros das vilas e freguesias do concelho**, contribuindo para qualificar o património edificado e revitalizar demográfica e economicamente àquelas áreas, exigindo o cumprimento da legislação em vigor em sede de conservação dos edifícios.

2 - AMBIENTE – Uma prioridade estratégica na actuação do Município será o desenvolvimento sustentável do concelho e a elevação dos padrões de qualidade ambiental. Nesse sentido, apostará no domínio do ambiente, nomeadamente nas vertentes da gestão sustentável dos recursos hídricos, águas residuais e resíduos sólidos, da valorização dos espaços verdes e da educação ambiental.

- **Expansão das redes municipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais**, como serviços básicos de importância vital para a qualidade de vida das populações, melhorando a qualidade dos serviços prestados à população, quer no que toca à garantia e segurança no abastecimento de água, quer no que se prende com o saneamento de águas residuais.

- **Participação na construção, através da SIMDOURO, do sistema e rede de estações de tratamento de águas residuais** do concelho, pondo fim ao despejo dos esgotos a céu aberto e ao despejo directo nos cursos de água.

- **Desenvolvimento de acções de redução das perdas no sistema municipal de abastecimento de água**, nomeadamente através do reforço da fiscalização, da dinamização de acções de sensibilização para a poupança e da realização de acções de diagnóstico, de controlo, de reparação e substituição de medidores de consumo, de dispositivos de utilização e de condutas de distribuição.

- **Optimização da gestão de resíduos sólidos**, que, com a respectiva valorização, representam um contributo relevante para o desenvolvimento sustentável a nível local, com forte impacto na qualificação e valorização ambiental do território. Para tal, a Câmara Municipal adoptará um conjunto de medidas, tais como: reestruturação dos circuitos de recolha de resíduos sólidos urbanos, no sentido de conseguir aumentar a área de cobertura da recolha porta a porta a novas zonas habitacionais; alargamento da recolha selectiva de resíduos nas diversas localidades do concelho; reforço das acções de fiscalização, tendo como objectivos o cumprimento das disposições legais e regulamentares sobre a protecção ambiental e o encerramento das lixeiras clandestinas.

- **Prevenção do ruído e controlo da poluição sonora** visando a salvaguarda da saúde e do bem-estar dos cidadãos.

- **Aproveitamento das zonas ribeirinhas** dos nossos rios, em colaboração com a Autoridade dos Recursos Hídricos, estabelecendo servidões de acesso, efectuando a limpeza das margens, construindo ou melhorando praias fluviais, tornando essas zonas lugares seguros e acessíveis ao desporto e ao lazer, sem prejudicar os seus valores naturais e paisagísticos.

- **Criação de condições para a deposição legal de sucatas**, do serviço de recolha de "monstros" domésticos para reciclagem, e aprofundar das acções de fiscalização, tendo como objectivo o encerramento dos depósitos de sucata e das lixeiras

clandestinas, e acabar com o despejo selvagem de lixo na paisagem.

- **Qualificação dos espaços verdes, parques e jardins urbanos, e áreas de interesse paisagístico públicas**, dando-lhes adequada manutenção, tornando-os locais de lazer, de uso e fruição pela população, e apoiando as intervenções naqueles que sejam propriedade de outras entidades de interesse público, na medida em que constituem áreas de protecção indispensáveis para assegurar a qualidade do ambiente urbano.

- **Dinamização de iniciativas de educação ambiental**, envolvendo a população em geral e os estabelecimentos de ensino do concelho em particular, tendo como finalidade a consciencialização dos cidadãos em relação à relevância do desenvolvimento ecologicamente sustentável.

- **Valorização da rede concelhia de cemitérios**, considerando a relevante função social por eles desempenhada, incidindo nas acções mais prioritárias, como a ampliação do Cemitério Municipal e o apoio às Juntas de Freguesia, através de acordos de colaboração, no desenvolvimento de acções que visem intervenções prementes.

5ª. Linha Estratégica

EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, JUVENTUDE E ASSOCIATIVISMO

1 – EDUCAÇÃO - O desenvolvimento da educação, com os objectivos de melhorar a qualidade das aprendizagens e dos resultados escolares dos alunos e a elevação dos níveis de qualificação dos Paivenses, com vista a um maior desenvolvimento pessoal e colectivo, merecerá a actuação empenhada e diversificada por parte do Município, na promoção da igualdade no acesso às oportunidades educativas e na modernização da rede educativa do concelho.

- **Modernização da rede de equipamentos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico**, com um papel essencial na educação das crianças, proporcionando-lhes oportunidades de socialização e de aprendizagem, de modo a prepará-las para uma sociedade cada vez mais competitiva e exigente. Neste sentido, o Município, em parceria também com as Juntas de Freguesia, actuará na melhoria das condições dos estabelecimentos de ensino para se poder generalizar a oferta de uma educação pré-escolar e básica que dê resposta às aspirações das crianças e das famílias.

- **Modernização dos equipamentos educativos previsto na Carta Educativa**, com o aproveitamento de todos os financiamentos disponíveis, com a apresentação de candidaturas neste domínio.

- **Consolidação das Actividades de Enriquecimento Curricular**, como prioridade estratégica na melhoria das condições de ensino e de aprendizagem no 1.º ciclo do ensino básico, o que passa pela consolidação a nível local das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC's), com a dinamização de actividades enriquecedoras do currículo e das aprendizagens.

- **Consolidação de acção social escolar** a nível municipal, assegurando a continuidade das medidas da responsabilidade do Município, no desenvolvimento da acção municipal na área da educação e no âmbito da promoção da igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar.

- **Disponibilização gratuita dos manuais escolares** aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, de forma gradual, de modo a assegurar uma educação mais equitativa e suavizar os encargos das famílias com a formação escolar das crianças.

- **Reforço da generalização do fornecimento das refeições** às crianças que frequentam os estabelecimentos da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, permitindo a disponibilização e provimento de uma refeição equilibrada e de qualidade, e garantindo o fornecimento de lanche, no período da tarde, aos alunos do

1.º ciclo.

- **Organização dos transportes escolares a nível concelhio**, tendo como finalidade assegurar a mobilidade entre as moradias das crianças e jovens residentes no concelho, facultando gradualmente o transporte escolar gratuito para todos os níveis de ensino, independentemente da localização da escola/estabelecimento frequentado, apoiando desse modo as famílias no esforço que despendem na educação dos seus filhos

- **Atribuição de auxílios económicos a alunos com deficiência ou em situação de vulnerabilidade social e económica**, nas vertentes dos transportes e das refeições.

- **Dinamização da animação pedagógica**, com a promoção de actividades de animação sócio-educativa nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, partilhando responsabilidades com os Agrupamentos de Escolas, de modo a proporcionar a todas as crianças oportunidades equitativas de desenvolvimento pessoal e social, preparando-as para uma escolaridade bem sucedida, nomeadamente através da compreensão da escola como local de aprendizagens múltiplas, contribuindo de forma decisiva para o seu desenvolvimento harmonioso e enriquecedor.

Como actividades neste domínio, salientam-se: Cantares das Janelas; Carnaval Infantil; Comemoração do Dia Mundial da Criança; Marchas Sanjoaninas Infantis; Visita do Pai Natal aos estabelecimentos de ensino, ou outros.

- **Dinamização dos serviços educativos nos espaços culturais**, como a Biblioteca Municipal, o Gabinete de Arqueologia, e outros municipais ou privados, considerando as potencialidades da interacção entre os espaços de cultura e as escolas, tendo como finalidade o desenvolvimento de actividades na valorização do património cultural e da formação de novos públicos.

- **Atribuição de bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior**, o âmbito da acção social escolar do Município, com a adopção de um novo Regulamento tendo em vista o aumento do número e do montante das bolsas de estudo, no sentido de facilitar o acesso e frequência do ensino superior aos jovens com maiores dificuldades sócio-económicas, de melhorar o modo de atribuição, e propiciar, assim, benefícios sociais aos estudantes do Ensino Superior residentes no Município, promovendo a sua valorização educativa, formativa e pessoal.

Fomento e apoio ao ensino da música, e disponibilização de melhores condições para que a Academia de Música possa continuar a exercer a sua preciosa actividade.

2 - CULTURA - A cultura, como um todo, é por um lado uma afirmação da identidade histórico-cultural da comunidade paivense, e por outro lado, um factor essencial de qualificação e modernidade.

As medidas preconizadas traduzem-se numa série de intervenções a concretizar, que funcionem como alavanca no sentido de valorizar a oferta cultural e dinamizar a protecção do património cultural. A realização de eventos de animação cultural a realizar no concelho e destinados ao grande público, tendo como objectivos a elevação do nível cultural dos cidadãos e a projecção externa do concelho. A salvaguarda e a preservação do património cultural, que permita o conhecimento dos valores culturais herdados dos nossos antepassados e a possibilidade de legar esse conhecimento às gerações futuras como suporte imprescindível para o desenvolvimento local. A concretização e funcionamento de espaços para a recolha e exposição de bens culturais, em cujo âmbito de actuação se desenvolvam também acções de investigação, inventário, conservação e divulgação desses bens, bem como outras acções culturais direccionadas para a comunidade.

- **Realização do Encontro de Janeiras**, inerente ao espírito natalício, em conjunto com grupos corais, musicais, instituições e colectividades, onde serão ouvidos os tradicionais cantares das Janeiras.

- **Dinamização do Carnaval**, em parceria com os comerciantes, com um programa de animação lúdica que assume progressivamente importância no contexto regional, favorecendo o turismo e, consequentemente, a actividade económica do concelho.

- **Comemorações do "25 de Abril"**, com a promoção de iniciativas de cariz cívico e cultural, que visem evocar historicamente os acontecimentos de 1974 e a

consciencialização dos valores democráticos junto das novas gerações.

- **Realização dos Festejos Populares Sanjoaninos**, em parceria com Instituições da comunidade local, procurando renovar aquele que é considerado um dos eventos mais emblemático do concelho e com grande projecção regional, através de uma programação atractiva e diversificada.

- **Realização da iniciativa "Agosto Cultural"**, fomentando a animação cultural com cinema ao ar livre, concertos musicais, festival associativo, ou outros eventos.

- **Comemoração dos 500 Anos da Fundação do Concelho**, que se completam no dia 1 de Dezembro de 2013, atendendo ao foral que lhe foi concedido pelo rei D. Manuel I em 1 de Dezembro de 1513, acontecimento único que será assinalado com a dignidade e a projecção adequadas à sua importância, e cujo programa será planeado por uma Comissão Organizadora a constituir.

- **Reactivação dos processos de instalação do Museu do Carvão e das Minas do Pejão e do Museu Municipal.**

- **Colocação de sinalética relativa ao património cultural**, nomeadamente aos espaços e locais do território concelhio com especial relevância histórica e cultural, com o objectivo de propiciar a sua divulgação.

- **Recolha, salvaguarda e valorização do património arquivístico local**, enquanto pilar da memória histórica colectiva e da identidade da comunidade palvese, criando local apropriado para o seu depósito, tratamento e conservação, adquirindo espólios de reconhecido valor histórico e informativo para o concelho, dinamizando a cooperação com instituições públicas e privadas, tendo em vista o acesso ao património documental com relevante interesse para o conhecimento da história local.

- **Salvaguarda e valorização do património arqueológico do concelho**, com o desenvolvimento de acções relacionadas com o Inventário, a salvaguarda e a protecção do património arqueológico, a realização de escavações e a criação de condições que promovam o estudo e a investigação em torno das temáticas da arqueologia, como a realização ou o apoio a escavações e a outras actividades congéneres, quando solicitado.

- **Dinamização do serviço educativo na área do património cultural e arqueológico** (ver programa "Educação").

- **Desenvolvimento do Serviço Educativo e Cultural**, em que, pela Biblioteca Municipal, se promoverá a criação, sustentação e consolidação de hábitos de leitura junto do público, nomeadamente a infância; o fomento da educação formal e informal a todos os níveis; o desenvolvimento das capacidades das crianças e jovens na utilização da leitura como recurso de acesso ao conhecimento e ao lazer (ver programa "Educação").

- **Comemorações do Dia Mundial do Livro e do Direito de Autor**, com o objectivo de promover uma maior consciencialização sobre a importância dos livros na nossa sociedade. Neste âmbito, a Biblioteca Municipal dinamizará a nível local um conjunto de actividades destinadas à consciencialização da comunidade local para a missão educativa, cultural e lúdica das bibliotecas.

- **Actualização dos fundos documentais**, com aquisição de livros, CD Audio e DVD, criando condições para o acesso actualizado do público aos diversos domínios do conhecimento.

- **Dinamização da biblioteca móvel**, continuando a percorrer o território do concelho, apoiando os estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico, disponibilizando o serviço de empréstimo do acervo da Biblioteca Municipal.

- **Cooperação com Associações, Bandas de Música e Ranchos Folclóricos do concelho**, tendo em vista a valorização da cultura e das artes, apoiando o desenvolvimento das actividades por eles promovidas, com os seguintes tipos de apoio: I) a atribuição de apoios financeiros; II) a prestação de apoio técnico, designadamente na vertente jurídica e da apresentação de candidaturas a fundos nacionais e comunitários; III) apoios logísticos diversos (transportes, disponibilização de prémios, ofertas, etc.).

- **Promoção e apoio à realização de eventos culturais de interesse público**, assegurando desta forma que a cultura seja um veículo de preservação da nossa identidade, usos e costumes, e a animação cultural um meio de promoção do concelho e das suas potencialidades.

3 - DESPORTO - Tendo como finalidade assegurar o acesso equitativo de todos os Paivenses ao desporto, o Município, em parceria com os estabelecimentos de ensino, as associações e as demais instituições públicas e privadas que actuam neste domínio, baseará a sua actuação baseada em três vectores fundamentais: a criação e apoio à melhoria das condições para a prática desportiva; o apoio ao desenvolvimento das actividades desportivas das associações e das instituições educativas; a promoção e apoio à realização de eventos desportivos de interesse público.

- **Apoio ao desenvolvimento das actividades desportivas promovidas pelas associações e outras instituições locais**, com a implementação do Projecto de Apoio ao Movimento Desportivo Municipal, reconhecendo desta forma o papel essencial desempenhado pelas associações e outras instituições locais no fomento e na generalização da prática desportiva. O projecto contempla os seguintes tipos de apoio: I) a atribuição de apoios financeiros; II) a prestação de apoio técnico, designadamente na vertente jurídica e da apresentação de candidaturas a fundos nacionais e comunitários; III) apoios logísticos diversos (transportes, disponibilização de prémios, ofertas, etc.); IV) Incentivo à diversificação de oferta de modalidades desportivas, incluindo os desportos radicais e fluviais.

- **Organização de actividades desportivas para crianças e jovens em idade escolar**, contribuindo, deste modo, para o combate ao insucesso escolar, a promoção da inclusão, a aquisição de hábitos de vida saudável e a formação integral das novas gerações.

- **Dinamização do projecto "O Desporto é para todos"**, com o fomento da prática do desporto para os cidadãos com deficiência, adaptada às respectivas especificidades e orientada para uma plena integração e participação sociais, em igualdade de oportunidades com os demais cidadãos, em que serão organizadas actividades desportivas em diversas modalidades, em articulação com as instituições particulares de solidariedade social do concelho.

- **Promoção e apoio à realização de eventos desportivos de interesse público**, assegurando desta forma que o desporto seja um meio de promoção externa do concelho e das suas potencialidades, e também um meio para a ocupação de tempos livres de forma saudável.

- **Fomento da prática do desporto**, concedendo aos jovens livre acesso aos equipamentos (campos e pavilhões) desportivos municipais distribuídos pelo concelho, aumentando a sua utilização.

- **Construção de uma ecopista**, cuja concretização dependerá da aprovação de candidatura ao Quadro de Referência Estratégico Nacional, e que visa promover o lazer ao ar livre, a valorização do património histórico-cultural e a protecção dos sistemas naturais existentes.

- **Construção da Piscina de aprendizagem do Couto Mineiro do Pejão**, cuja concretização dependerá da disponibilidade e aprovação do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

4 – Juventude e Associativismo - O Município está consciente de que o futuro do concelho depende em grande parte de como se processará a integração das novas gerações na sociedade actual. Portanto, o estímulo à participação cívica e à promoção do desenvolvimento pessoal e social dos jovens Paivenses tem uma atenção estratégica na acção do Município.

Atenção que merecerá também associativismo do concelho, que se manifeste como força motriz da iniciativa, da criação, do desenvolvimento e dinamização das actividades que envolvam a população ou que tenham esta como destino.

- **Desenvolvimento de diligências para a construção de uma Pousada da Juventude** no concelho, mais vocacionada para o apoio à prática de desportos fluviais.

- **Criação de uma Casa Municipal da Juventude** como pólo dinamizador da vivência e

convivência juvenil do município, onde os jovens poderão usufruir de uma vasta panóplia de actividades de forma a ocupar construtivamente os tempos livres, mas também capaz de construir, enraizar e orientar competências e talentos, e ali tenham oportunidade de conhecerem e encontrarem diferentes acções de voluntariado receptivas à sua participação, e por outro, proporcionar às instituições interessadas a oportunidade de captarem e receberem jovens disponíveis a exercer voluntariado.

- **Recriação o Cartão Jovem Municipal**, que através das várias parcerias entre a autarquia, instituições públicas e entidades privadas, permita incrementar vários benefícios na sua utilização, potenciando a vantagem para o jovem e o aumento de interesse em utilizar os produtos e serviços do seu concelho.

- **Organização anual do Festival da Juventude e do Associativismo.**

- **Desenvolvimento de diligências para a construção de habitação a custos controlados para jovens**, para a promoção de habitação para arrendamento ou venda a jovens, e incentivar a aquisição de imóveis, através da isenção de taxas e licenças, isenção do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) e da isenção do IMT num escalão superior.

- **Apoio ao Associativismo**, nomeadamente na organização de eventos desportivos, culturais e sociais e na realização de obras de construção e requalificação de equipamentos colectivos, com base num regulamento de incentivos que defina os limites e formas de financiamento da associação e actividades, e a disponibilização atempada dos respectivos montantes.

- **Promoção e apoio de planos de formação de dirigentes associativos.**

Castelo de Paiva, 16 de Abril de 2010

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. S/AVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	FC		INÍCIO	FIM	EXE. PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTE					
													TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN.	2011	2012		2013	OUTROS
1.																				
1.1.			Funções gerais de serviços gerais de administração pública											761.850,94	761.850,94					761.850,94
1.1.1.			Administração geral											717.850,94	717.850,94					717.850,94
1.1.1.1.	03/07010602	02	2002 142	Aquisição e reparação de material de transporte	OUTRA	100.0	DT	2010/01/02	2010/12/31					717.850,94	717.850,94					717.850,94
1.1.1.1.	03/07010602	03	2002 143	Máquinas e equipamento para a DGV	OUTRA	100.0	DT	2010/01/02	2010/12/31					200.000,00	200.000,00					200.000,00
1.1.1.1.	02/07010602	04	2002 144	Aquisição e reparação de máquinas e equipamento para o DAG	OUTRA	100.0	DAG	2010/01/02	2010/12/31					60.000,00	60.000,00					60.000,00
1.1.1.1.	04/070109	05	2002 145	Aquisição e reparação de máquinas e equipamento para o DASC	OUTRA	100.0	DASC	2010/01/02	2010/12/31					5.000,00	5.000,00					5.000,00
1.1.1.1.	0103/07010602	06	2002 146	Aquisição e reparação de material de transporte, máquinas e equipamento para órgãos da autarquia.	OUTRA	100.0	OA	2009/01/02	2009/12/31					13.000,00	13.000,00					13.000,00
1.1.1.1.	02/070109	07	2002 147	Informática dos serviços.	OUTRA	100.0	DAG	2010/01/02	2010/12/31					12.058,84	12.058,84					12.058,84
1.1.1.1.	03/070205	11	2004 1	Máquinas e Equipamento para a Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida	OUTRA	100.0	DT	2005/01/02	2010/12/31					12.000,00	12.000,00					12.000,00
1.1.1.1.	03/07010307	12	2006 6	Reparação do Antigo Edifício da Cadeia	EXPROPRIADA	100.0	DT	2010/01/02	2010/12/31					125.000,00	125.000,00					125.000,00
1.1.1.1.	03/07010301	14	2007 1	Adaptação, reparação e conservação de edifícios e instalações municipais	OUTRA	100.0	DT	2010/01/02	2010/12/31					70.000,00	70.000,00					70.000,00
1.1.1.1.	0103/070109	01	2010 1	Balcão Único de Atendimento com Recurso a Tecnologias Multicanal	OUTRA	60.0	OA	2010/01/01	2010/12/31					172.792,10	172.792,10					172.792,10
1.1.1.1.	03/07010307	02	2010 2	Obras Coercivas a Efectuar pela GCP no âmbito do RVE	OUTRA	100.0	DT	2010/01/01	2010/12/31					5.000,00	5.000,00					5.000,00
1.1.1.1.	0103/070109	10	2010 31	Aquisição e reparação de Equipamento Administrativo	OUTRA	100.0	OA	2010/01/02	2010/12/31					4.000,00	4.000,00					4.000,00
1.1.1.1.	03/070109	11	2010 32	Aquisição e reparação de Equipamento Administrativo	OUTRA	100.0	DT	2010/01/02	2010/12/31					3.000,00	3.000,00					3.000,00
1.1.1.1.	02/070109	12	2010 33	Aquisição e reparação de Equipamento Administrativo	OUTRA	100.0	DAG	2010/01/02	2010/12/31					5.000,00	5.000,00					5.000,00
1.1.1.1.	04/070109	13	2010 34	Aquisição e reparação de Equipamento Administrativo	OUTRA	100.0	DASC	2010/01/02	2010/12/31					5.000,00	5.000,00					5.000,00
1.1.1.1.	0103/070107	14	2010 35	Aquisição e reparação de Equipamento Informático	OUTRA	100.0	OA	2010/01/02	2010/12/31					500,00	500,00					500,00
1.1.1.1.	03/070107	15	2010 36	Aquisição e reparação de Equipamento Informático	OUTRA	100.0	DT	2010/01/02	2010/12/31					3.000,00	3.000,00					3.000,00
1.1.1.1.	02/070107	16	2010 37	Aquisição e reparação de Equipamento Informático	OUTRA	100.0	DAG	2010/01/02	2010/12/31					3.000,00	3.000,00					3.000,00
1.1.1.1.	04/070107	17	2010 38	Aquisição e reparação de Equipamento Informático	OUTRA	100.0	DASC	2010/01/02	2010/12/31					3.000,00	3.000,00					3.000,00
A TRANSPORTAR ...													706.350,94	706.350,94					706.350,94	

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO				
					AC	AA	FC		INÍCIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	PAGAM. PREV DE OUT-09	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUENTES						
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2011		2012	2013	OUTROS	
A TRANSPORTAR ...																706.350,94	706.350,94					706.350,94
1.1.1.1.	0103/07011002	18	2010 39	Aquisição e reparação de Equipamento básico	OUTRA	100.0		OA	2010/01/02	2010/12/31/0			500,00	500,00					500,00			
1.1.1.1.	02/07011002	19	2010 40	Aquisição e reparação de Equipamento básico	OUTRA	100.0		DAG	2010/01/02	2010/12/31/0			3.000,00	3.000,00					3.000,00			
1.1.1.1.	04/07011002	20	2010 41	Aquisição e reparação de Equipamento básico	OUTRA	100.0		DASC	2010/01/02	2010/12/31/0			3.000,00	3.000,00					3.000,00			
1.1.1.1.	02/070108	21	2010 42	Aquisição de Software Informático	OUTRA	100.0		DAG	2010/01/02	2010/12/31/0			5.000,00	5.000,00					5.000,00			
1.2.				Segurança e orden públicas																		
1.2.1.				Protecção civil e luta contra incêndios																		
1.2.1.1.	0103/07010408	01	2010 3	Construção e Manutenção de Infraestruturas de Prevenção e Apoio ao Combate de Fogos Florestais	OUTRA	100.0		OA	2010/01/01	2010/12/31/0			25.000,00	25.000,00					25.000,00			
1.2.1.1.	0103/07010602	02	2010 4	Apoio à Aquisição de Equipamento (Material de Transporte) para Bombeiros Voluntários	OUTRA	100.0		OA	2010/01/01	2010/12/31/0			15.000,00	15.000,00					15.000,00			
1.2.1.1.	04/070115	03	2010 5	Instalação de Equipamento de Combate a Incêndios em Estabelecimentos de Ensino	OUTRA	100.0		DASC	2010/01/01	2010/12/31/0			1.000,00	1.000,00					1.000,00			
1.2.2.				Segurança Pública																		
1.2.2.1.	0103/07010602	03	2010 8	Participação no Alargamento do Programa "Escola Segura"	OUTRA			OA	2010/01/01	2010/12/31/0			3.000,00	3.000,00					3.000,00			
1.2.2.1.	0103/070115	04	2010 9	Participação na Instalação de Força de Segurança no Couto Mineiro do Pejão - Aquisição de Equipamento	OUTRA	100.0		OA	2010/01/01	2010/12/31/0			2.000,00	2.000,00					2.000,00			
1.2.2.1.				Funções sociais									1.000,00	1.000,00					1.000,00			
2.				Educação									3.368.917,67	3.368.917,67					3.368.917,67			
2.1.				Ensino não superior									893.142,41	893.142,41					893.142,41			
2.1.1.				Ensino Pré-escolar									893.142,41	893.142,41					893.142,41			
2.1.1.1.	04/07011002	02	2002 2	Aquisição de mobiliário e equipamento e material didático	OUTRA	100.0		DASC	2010/01/02	2010/12/31/1			365.197,10	365.197,10					365.197,10			
2.1.1.1.1.													5.000,00	5.000,00					5.000,00			
2.1.1.1.1.	03/07010304	04	2002 4	Reparação de Edifícios escolares e zonas envolventes	OUTRA	100.0		DT	2010/01/02	2010/12/31/1			20.000,00	20.000,00					20.000,00			
2.1.1.1.1.	03/07010304	05	2002 5	Construção do edifício do Jardim de Infância em S. Martinho	EMPREITADA	100.0		DT	2008/01/02	2010/12/31/1			165.400,00	165.400,00					165.400,00			
2.1.1.1.1.	03/07010304	06	2004 9	Encargos com projectos fisicamente concluídos	EMPREITADA	100.0		OA	2004/01/02	2010/12/31/9			10.457,10	10.457,10					10.457,10			
2.1.1.1.1.	03/07010304	11	2007 2	Investimentos Propostos no âmbito da Carta Educativa - Ensino Pré - Escolar	OUTRA	100.0		DASC	2010/01/02	2010/12/31/0			20.000,00	20.000,00					20.000,00			
A TRANSPORTAR ...																982.708,04	982.708,04					982.708,04

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO		FONTE DE FINANCIAMENTO		RESPON. SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO		
				AC	AA	FC	INICIO		FIM	EXE- CUT-2009	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUENTES					
													TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2011	2012		2013	OUTROS
A TRANSPORTAR ...																				
2.1.1.1.	03/07010304	12	2007 3	Construção das Instalações do Jardim de Infância de Oliveira do Arda	EMPRETTADA	100.0	100.0	DT	2008/01/02	2010/12/31	1	982.708,04	982.708,04					982.708,04		
2.1.1.2.	04/07011002	01	2002 12	Ensino Básico	OUTRA	100.0	100.0	OA	2010/01/02	2010/12/31										
2.1.1.2.	03/07010305	04	2002 15	Aquisição de mobiliário, equipamento e material didáctico (1º. Ciclo)	EMPRETTADA	100.0	100.0	OA	2010/01/02	2010/12/31										
2.1.1.2.	03/07010305	06	2007 4	Reparação de edifícios escolares e zonas envolventes.	OUTRA	100.0	100.0	DMSC	2007/01/02	2010/12/31	1	125.000,00	125.000,00					125.000,00		
2.1.1.2.	03/07010305	08	2008 2	Investimentos Propostos no âmbito da Carta Educativa (Centros Escolares)	OUTRA	100.0	100.0	DT	2010/06/05	2010/12/31	3	25.000,00	25.000,00					25.000,00		
2.1.1.2.	03/07010305	05	2010 43	Conservação e reparação de edifícios escolares e espaços Envolventes	OUTRA	100.0	100.0	DT	2010/01/02	2010/12/31	9	7.945,31	7.945,31					7.945,31		
2.1.1.4.	03/07010305	01	2010 10	Encargos com projectos já fisicamente concluídos	OUTRA	100.0	100.0	OA	2010/01/01	2010/12/31	0	10.000,00	10.000,00					10.000,00		
2.3.	03/07010307	01	2009 1	Ensino Especial, Artístico e outros	EMPRETTADA	100.0	100.0	DT	2009/01/02	2010/12/31	9	2.426,07	2.426,07					2.426,07		
2.3.2.	03/07010307	01	2009 1	Instalações da Academia de Música de Castelo de Paiva	EMPRETTADA	100.0	100.0	DT	2009/01/02	2010/12/31	9	2.426,07	2.426,07					2.426,07		
2.4.	03/07010413	01	2002 39	Segurança e acção sociais	EMPRETTADA	100.0	100.0	DT	2009/01/02	2010/12/31	9	2.426,07	2.426,07					2.426,07		
2.4.1.	03/07010413	01	2002 39	Encargos com Projectos Fisicamentos Concluídos	EMPRETTADA	100.0	100.0	DT	2009/01/02	2010/12/31	9	1.230.650,98	1.230.650,98					1.230.650,98		
2.4.1.	03/07010413	02	2002 40	Habituação e serviços colectivos	EMPRETTADA	100.0	100.0	DT	2010/01/02	2010/12/31		202.500,00	202.500,00					202.500,00		
2.4.1.	03/07010413	02	2002 40	Habituação e serviços colectivos	EMPRETTADA	100.0	100.0	DT	2010/01/02	2010/12/31		102.500,00	102.500,00					102.500,00		
2.4.1.	03/07010413	02	2002 40	Conservação e reparação do património habitacional municipal	EMPRETTADA	100.0	100.0	DT	2006/01/02	2010/12/31	4	70.000,00	70.000,00					70.000,00		
2.4.1.	03/07010413	03	2002 41	Loteamentos urbanos de iniciativa autárquica	OUTRA	100.0	100.0	OA	2010/01/02	2010/12/31	0	20.000,00	20.000,00					20.000,00		
2.4.1.	03/07010413	07	2002 45	Aquisição de imóveis	EMPRETTADA	100.0	100.0	DT	2010/01/02	2010/12/31	0	5.000,00	5.000,00					5.000,00		
2.4.1.	03/07010413	08	2002 46	Loteamento municipal das Metrópolis	EMPRETTADA	100.0	100.0	CM	2010/01/02	2010/12/31	0	5.000,00	5.000,00					5.000,00		
2.4.2.	03/07010413	01	2002 47	Loteamento municipal da Póvoa	OUTRA	100.0	100.0	DT	2002/01/02	2010/12/31	4	162.198,33	162.198,33					162.198,33		
2.4.2.	03/07010413	01	2002 47	Ordenamento do território	OUTRA	100.0	100.0	DT	2002/01/02	2010/12/31	4	5.000,00	5.000,00					5.000,00		
2.4.2.	03/07010413	02	2002 48	UPIC's em zonas de expansão urbana e industriais e sua revisão	OUTRA	100.0	100.0	DT	2002/01/02	2010/12/31	4	100.000,00	100.000,00					100.000,00		
A TRANSPORTAR ...																				
												1.964.919,42	1.964.919,42					1.964.919,42		

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO			
					AC	AA	FC		INÍCIO	FIM	EX.	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)					ANOS SEQUENTES		
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2011		2012	2013	OUTROS
2.4.2.	03/07010413	06	2002 53	Remodelação urbanística/Requalificação e Manutenção do Espaço Urbano	OUTRA	100.0		DT	2002/01/02	2010/12/31.4			1.964.919,42	1.964.919,42				1.964.919,42			
2.4.2.	03/07011002	08	2002 55	Aquisição de equipamento e mobiliário urbano	OUTRA	100.0		OA	2006/01/02	2010/12/31.3			10.000,00	10.000,00				10.000,00			
2.4.2.	03/07010203	09	2002 56	Execução de obras por conta de particulares no domínio de conservação de edifícios de loteamentos urbanos, ou outras.	EMPREITADA	100.0		DT	2008/01/02	2010/12/31.9			4.800,00	4.800,00				4.800,00			
2.4.2.	03/07010409	10	2002 57	Ordenamento de trânsito	OUTRA	100.0		OA	2006/01/02	2010/12/31.3			35.000,00	35.000,00				35.000,00			
2.4.2.	03/07010413	21	2002 165	Encargos com projectos fisicamente concluídos	EMPREITADA	100.0		DT	2002/01/02	2010/12/31.9			2.000,00	2.000,00				2.000,00			
2.4.2.	03/070101	01	2010 12	Aquisição de Imóveis	OUTRA	100.0		OA	2010/01/02	2010/12/31.0			398,33	398,33				398,33			
2.4.3.	03/07010402	01	2002 58	Saneamento	EMPREITADA	100.0		DT	2010/01/02	2010/12/31.0			5.000,00	5.000,00				5.000,00			
2.4.3.	03/07010402	01	2002 58	Sistema geral de saneamento ao concelho	EMPREITADA	100.0		DT	2002/01/02	2010/12/31.3			262.640,00	262.640,00				262.640,00			
2.4.3.	03/07010402	02	2002 59	Manutenção, Reparação e Outros Trabalhos	OUTRA	100.0		DT	2002/01/02	2010/12/31.3			200.000,00	200.000,00				200.000,00			
2.4.3.	03/07010402	02	2002 59	Imprevistos na Rede de Saneamento	OUTRA	100.0		DT	2006/01/02	2010/12/31			62.640,00	62.640,00				62.640,00			
2.4.4.	03/07010407	01	2002 75	Abastecimento de água	EMPREITADA	100.0		DT	2002/01/02	2010/12/31.3			265.000,00	265.000,00				265.000,00			
2.4.4.	03/07010407	02	2002 76	Manutenção, reparação e outros trabalhos	OUTRA	100.0		DT	2002/01/02	2010/12/31.3			150.000,00	150.000,00				150.000,00			
2.4.4.	03/07010407	02	2002 76	Imprevistos dos sistemas e redes existentes.	OUTRA	100.0		DT	2002/01/02	2010/12/31.3			90.000,00	90.000,00				90.000,00			
2.4.4.	03/07010407	04	2008 3	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	OUTRA	100.0		DT	2008/06/05	2010/12/31			25.000,00	25.000,00				25.000,00			
2.4.5.	03/07011002	01	2002 61	Resíduos sólidos	OUTRA	100.0		DT	2002/01/02	2010/12/31.3			130.000,00	130.000,00				130.000,00			
2.4.5.	03/07011002	01	2002 61	Manutenção do sistema de recolha de resíduos sólidos.	OUTRA	100.0		DT	2002/01/02	2010/12/31.3			25.000,00	25.000,00				25.000,00			
2.4.5.	03/07011002	03	2002 62	Manutenção/Reparação de Instalações e Equipamento	OUTRA	100.0		DT	2002/01/02	2010/12/31			10.000,00	10.000,00				10.000,00			
2.4.5.	03/07011002	01	2010 14	Aquisição e reparação de equipamento de recolha de resíduos	OUTRA	100.0		DT	2010/01/02	2010/12/31.0			95.000,00	95.000,00				95.000,00			
2.4.6.				Protecção do meio ambiente e conservação da natureza									208.312,65	208.312,65				208.312,65			
2.4.6.1.	03/07010413	01	2002 63	Higiene Pública	OUTRA	100.0		OA	2010/01/02	2010/12/31			17.500,00	17.500,00				17.500,00			
2.4.6.1.	03/07010413	01	2002 63	Reparação, conservação e manutenção de instalações	OUTRA	100.0		OA	2010/01/02	2010/12/31			5.000,00	5.000,00				5.000,00			
2.4.6.1.	03/07010307	03	2002 65	Construção dos sanitários públicos.	OUTRA	100.0		DT	2010/01/02	2010/12/31.0			2.500,00	2.500,00				2.500,00			
									A TRANSPORTAR ...				2.687.257,75	2.687.257,75				2.687.257,75			

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. S/VEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISÃO		
					AC	AA	FC		INÍCIO	FIM	EX. PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUENTES				
													TOTAL	DEFERIDO	NÃO DEFER.	2011	2012		2013	OUTROS
A TRANSPORTAR ...																				
2.4.6.1.	03/0701001	01	Aquisição, reparação, conservação e manutenção de equipamento	OUTRA	100.0		DT	2010/01/02	2010/12/31				10.000,00	10.000,00			2.687.257,75	2.687.257,75		
2.4.6.2.	03/07010412	03	Reparação e manutenção de Cemitérios	OUTRA	100.0		DT	2009/01/02	2010/12/31				126.312,65	126.312,65			10.000,00	10.000,00		
2.4.6.2.	03/07010412	10	Instalações municipais	EMPREITADA	100.0		DT	2010/01/02	2010/12/31				15.000,00	15.000,00			126.312,65	126.312,65		
2.4.6.2.	03/07010412	10	Ampliação do Cemitério de Sordado	EMPREITADA	100.0		DT	2010/01/02	2010/12/31				50.000,00	50.000,00			15.000,00	15.000,00		
2.4.6.2.	03/07010412	12	Encargos com Projectos Fisicamente Concluídos	EMPREITADA	100.0		DDM	2009/01/02	2010/12/31				21.312,65	21.312,65			50.000,00	50.000,00		
2.4.6.2.	03/07010412	01	Apoio a Intervenções Prementes em Cemitérios Existentes	EMPREITADA	100.0		DT	2010/01/02	2010/12/31				40.000,00	40.000,00			21.312,65	21.312,65		
2.4.6.3.	03/07010405	02	Defesa do Meio Ambiente	OUTRA	100.0		DT	2009/01/02	2010/12/31				64.500,00	64.500,00			40.000,00	40.000,00		
2.4.6.3.	03/07010405	02	Qualificação dos Espaços Verdes, parques e jardins públicos.	OUTRA	100.0		DT	2009/01/02	2010/12/31				6.000,00	6.000,00			64.500,00	64.500,00		
2.4.6.3.	03/0701002	03	Aquisição, Manutenção e reparação de Equipamento e Mobiliário Urbano	OUTRA	100.0		DT	2009/01/02	2010/12/31				2.500,00	2.500,00			6.000,00	6.000,00		
2.4.6.3.	03/07010413	06	Valorização da Zona Ribeirinha do Castelo	EMPREITADA	100.0		DT	2009/01/02	2010/12/31				5.000,00	5.000,00			2.500,00	2.500,00		
2.4.6.3.	03/07010405	01	Criação do Parque Urbano na Quinta do Pinheiro	OUTRA	100.0		DT	2010/01/02	2010/12/31				50.000,00	50.000,00			5.000,00	5.000,00		
2.4.6.3.	03/07010413	02	Valorização de Outras Zonas Ribeirinhas	OUTRA	100.0		DT	2010/01/02	2010/12/31				1.000,00	1.000,00			50.000,00	50.000,00		
2.5.			Serviços culturais, recreativos e religiosos										1.242.698,21	1.242.698,21			1.000,00	1.000,00		
2.5.1.	03/07010302	03	Cultura	EMPREITADA	100.0		DT	2010/01/02	2010/12/31				685.416,66	685.416,66			1.242.698,21	1.242.698,21		
2.5.1.	03/07010302	03	Conservação, reparação e apetrechamento de instalações.	EMPREITADA	100.0		DT	2010/01/02	2010/12/31				18.000,00	18.000,00			685.416,66	685.416,66		
2.5.1.	04/07010307	05	Criação do Museu do Carrão e das Minas do Peão	EMPREITADA	100.0		OA	2002/01/02	2010/12/31				10.000,00	10.000,00			18.000,00	18.000,00		
2.5.1.	0103/07010307	07	Participação na criação da Fundação do Couto Mineiro.	OUTRA	100.0		OA	2010/01/02	2010/12/31				2.000,00	2.000,00			10.000,00	10.000,00		
2.5.1.	04/07010307	08	Construção da Biblioteca Municipal e arranjo urbanístico da Quinta do Pinheiro	EMPREITADA	100.0		OA	2005/01/02	2010/12/31				95.000,00	95.000,00			2.000,00	2.000,00		
2.5.1.	0103/07010307	09	Construção do Museu Municipal	EMPREITADA	100.0		DT	2010/01/02	2010/12/31				50.000,00	50.000,00			95.000,00	95.000,00		
2.5.1.	03/07010413	16	Conservação, Valorização e Salvaguarda dos Monumentos Romanos do Tâmega (Contributo de Castelo de Paiva)	EMPREITADA	80.0		DT	2010/01/02	2010/12/31				510.416,66	510.416,66			50.000,00	50.000,00		
A TRANSPORTAR ...																				
													3.573.487,06	3.573.487,06				3.573.487,06		

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO						
					AC	AA	FC		EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUENTES									
												INÍCIO	FIM	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2011		2012	2013	OUTROS			
A TRANSPORTAR ...																			3.573.487,06	3.573.487,06				3.573.487,06
2.5.2.	03/07010302	05	2002 27	Desporto, recreio e lazer	100.0			DT	2008/01/02	2010/12/31	3		557.281,55	557.281,55			557.281,55	557.281,55						
2.5.2.				Construção e valorização de outros recintos									30.000,00	30.000,00			30.000,00	30.000,00						
2.5.2.	03/07010302	07	2002 29	Reparação, conservação, melhoramento e manutenção de instalações	100.0			DT	2009/01/02	2010/12/31	1		20.000,00	20.000,00			20.000,00	20.000,00						
2.5.2.	03/07010302	12	2002 34	Encargos com projectos já fisicamente concluídos	100.0			DT	2002/01/02	2010/12/31	9		281,55	281,55			281,55	281,55						
2.5.2.	03/07010302	14	2002 35	Construção da Piscina Municipal da Póvoa	100.0			DT	2008/01/02	2010/12/31	1		50.000,00	50.000,00			50.000,00	50.000,00						
2.5.2.	03/07010406	15	2002 36	Valorização do Campo Municipal da Boavista		70.0		DT	2002/01/02	2010/12/31	9		450.000,00	450.000,00			450.000,00	450.000,00						
2.5.2.	03/07010302	16	2008 4	Manutenção, Conservação e Modernização de Instalações Desportivas do Concelho	100.0			DT	2009/01/02	2010/12/31	3		7.000,00	7.000,00			7.000,00	7.000,00						
3.				Funções económicas									6.744.055,37	6.744.055,37			6.744.055,37	6.744.055,37						
3.2.				Indústria e energia									1.113.218,00	1.113.218,00			1.113.218,00	1.113.218,00						
3.2.1.				Iluminação Pública									25.000,00	25.000,00			25.000,00	25.000,00						
3.2.1.1.	03/07010404	01	2002 52	Ampliação, Renovação e Manutenção da Rede Energia	100.0			OA	2002/01/02	2010/12/31	4		25.000,00	25.000,00			25.000,00	25.000,00						
3.2.2.				Participação da Instalação de Central de Biomassa	100.0			OA	2010/01/02	2010/12/31	0		10.000,00	10.000,00			10.000,00	10.000,00						
3.2.3.				Desenvolvimento Industrial									1.078.218,00	1.078.218,00			1.078.218,00	1.078.218,00						
3.2.3.1.	03/070101	04	2002 86	Aquisição de Imóveis	100.0			OA	2010/01/02	2010/12/31	0		50.000,00	50.000,00			50.000,00	50.000,00						
3.2.3.1.	03/07010413	08	2002 90	Instalação da Área de Acolhimento ou Área de Localização empresarial (Criação da Zona Industrial de Sardoura, Real e S. Martinho)		80.0		DT	2008/01/02	2010/12/31	1		1.028.218,00	1.028.218,00			1.028.218,00	1.028.218,00						
3.3.				Transportes e comunicações									5.464.770,06	5.464.770,06			5.464.770,06	5.464.770,06						
3.3.1.				Transportes rodoviários									5.464.770,06	5.464.770,06			5.464.770,06	5.464.770,06						
3.3.1.1.				Rede Viária e Sinalização									5.464.770,06	5.464.770,06			5.464.770,06	5.464.770,06						
3.3.1.1.1.	03/07010408	02	2002 92	Construção, ao apoio, a Construção de Caminhos Rurais	100.0			DT	2003/01/02	2010/12/31	9		250.000,00	250.000,00			250.000,00	250.000,00						
3.3.1.1.1.	03/07010408	11	2002 101	Remodelação de cruzamentos e entroncamentos.	100.0			DT	2002/01/02	2010/12/31	4		135.000,00	135.000,00			135.000,00	135.000,00						
3.3.1.1.1.	03/07010408	12	2002 102	Arranjo e melhoramento de vias municipais e outros trabalhos na via pública	100.0			DT	2002/01/02	2010/12/31			800.000,00	800.000,00			800.000,00	800.000,00						
3.3.1.1.1.	03/07010408	13	2002 103	Encargos com projectos fisicamente concluídos.	100.0			DT	2002/01/02	2010/12/31	9		51.498,06	51.498,06			51.498,06	51.498,06						
A TRANSPORTAR ...														6.480.484,67	6.480.484,67				6.480.484,67					

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS		REALIZADO	DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO
					AC	AA	FC		EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009		PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			OUTROS	
													TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN		
3.3.1.1.	03/07010408	14	2002 104	Sinalização e equipamento de ordenamento do estacionamento	OUTRA	100.0	0	0	2002/01/02	2010/12/31		6.480.484,67	6.480.484,67				6.480.484,67
3.3.1.1.	03/07010408	15	2002 105	Conservação e manutenção da rede viária, incluindo obras de arte	OUTRA	100.0	0	0	2002/01/02	2010/12/31		20.000,00	20.000,00				20.000,00
3.3.1.1.	03/070101	30	2002 120	Aquisição de Imóveis	OUTRA	100.0	0	0	2010/01/02	2010/12/31		950.000,00	950.000,00				950.000,00
3.3.1.1.	03/07010408	32	2002 122	Rectificação urbanística da Avenida Jean Tyssen (Oliveira do Arda)	EMPREITADA	100.0	0	0	2002/01/02	2010/12/31		50.000,00	50.000,00				50.000,00
3.3.1.1.	03/07010408	45	2005 1	EM 504 - 3ª Fase - Troço Peção/Ponte do Arda	EMPREITADA	100.0	80.0	0	2005/01/02	2010/12/31		65.700,00	65.700,00				65.700,00
3.3.1.1.	03/07010408	53	2007 11	Reparação da Ponte Velha de Pedrido	EMPREITADA	100.0	0	0	2010/01/02	2010/12/31		1.800.000,00	1.800.000,00				1.800.000,00
3.3.1.1.	03/07010408	54	2007 12	variante ao Caminho Municipal 1138/Ladreira	EMPREITADA	100.0	0	0	2007/01/02	2010/12/31		10.000,00	10.000,00				10.000,00
3.3.1.1.	03/07010408	58	2009 5	Remodelação de Arruamentos Urbanos - Zona Nascente/Ponte - Rua António Sérgio; Enélio Navarro; Av. G. H. Delgado; Rua Dr. José de Arrochela; Largo do Conde; Rua Ferreira de Castro; Jean Tyssen; Street Vasconcelos; Bombeiros Voluntários e R. Chaves	EMPREITADA	100.0	80.0	0	2009/01/02	2009/12/31		32.000,00	32.000,00				32.000,00
3.3.1.1.	03/07010408			Desvio de águas pluviais Comércio e Turismo Mercados e feiras	EMPREITADA	100.0	0	0	2009/01/02	2009/12/31		1.285.572,00	1.285.572,00				1.285.572,00
3.3.1.1.	03/07010408	04	2010 45	Reparação do Mercado Municipal	OUTRA	100.0	0	0	2010/01/02	2010/12/31		15.000,00	15.000,00				15.000,00
3.4.				Encargos com projectos já fisicamente concluídos	OUTRA	100.0	0	0	2010/01/02	2010/12/31		166.067,31	166.067,31				166.067,31
3.4.1.	03/070115	03	2010 29	Turismo	OUTRA	100.0	0	0	2010/01/02	2010/12/31		56.067,31	56.067,31				56.067,31
3.4.1.	03/07010408	05	2010 46	Construção do parque de estacionamento municipal.	OUTRA	100.0	0	0	2010/01/02	2010/12/31		2.500,00	2.500,00				2.500,00
3.4.1.	03/07010408			Dinamização da Barragem do Seixo	OUTRA	100.0	0	0	2010/01/02	2010/12/31		53.567,31	53.567,31				53.567,31
3.4.2.	03/07010406	03	2002 79	Projectos a integrar no âmbito do Programa PTER	EMPREITADA	100.0	0	0	2010/01/02	2010/12/31		110.000,00	110.000,00				110.000,00
3.4.2.	03/07010406	05	2002 81	Instalação de Percursos Pedestres	EMPREITADA	100.0	0	0	2010/01/02	2010/12/31		10.000,00	10.000,00				10.000,00
3.4.2.	03/07010307	06	2002 170		OUTRA	100.0	0	0	2010/01/02	2010/12/31		40.000,00	40.000,00				40.000,00
3.4.2.	03/07010413	07	2009 7		OUTRA	100.0	0	0	2010/01/02	2010/12/31		50.000,00	50.000,00				50.000,00
TOTAL GERAL ...												10.874.823,98	10.874.823,98			10.874.823,98	

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DOTAÇÕES INICIAIS
DO ANO 2010

PÁGINA : 8

- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA

O PRESIDENTE DO ORÇÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de ____

ORÇÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de ____

RELAÇÃO DAS VIAS MUNICIPAIS QUE SE PODEM ENQUADRAR NO PROJECTO 12/2002/102, DO OBJECTIVO 3.3.1.1, DO PPI, CUJOS TRABALHOS PODEM SER EVENTUALMENTE REALIZADOS DE ACORDO COM A DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

BAIRROS:

- Alargamento e pavimentação do caminho da Carvalha-Cerquinha, até à Ponte de Melo, e remodelação da Ponte;
- Alargamento e pavimentação do caminho de Chão de Abade aos Cortiços.
- Desvio de trânsito a pesados dos Fornos de Carvão à Ladroeira;
- Pavimentação da estrada do Barreiro a Agueiros;
- Pavimentação da estrada do Barreiro a Várzea;
- Pavimentação do alargamento que foi feito na avenida junto ao cemitério;
- Pavimentação do caminho do loteamento de Casal ao Vilar;
- Pavimentação do caminho que liga Casas Novas à Ribeirinha;
- Pavimentação do Tijolo a Lamelas;
- Substituição em parte do pavimento do caminho da Igreja a Várzea.

FORNOS:

- Caminho da Cepa/Reguengo/Várzea;
- Caminho da Chameca/Clemente;
- Caminho da Ribeira de Fora Fora/Giã/Leirós;
- Caminho da Ribeirinha;
- Caminho das Fontainhas/Castro;
- Caminho do Lameirão;
- Construção de passeios na estrada China-Ramalhal.
- Estrada do Casal/Bairros.
- Pavimentação da estrada Casal/Venda Nova.

PARAÍSO:

- Acessos aos Choupêlo;
- Alargamento e pavimentação no centro do lugar de Gondra;
- Alargamento no centro do lugar de Pejão entre a EM 504 e EM 503;
- Caminho da Aldeia em Nogueira – (2.ª fase);
- Caminho da Escola de Guirela;
- Caminho da Fonte em Sabariz – (2.ª fase);
- Caminho da Rua da Cabine em Casal da Renda;
- Caminho da Vinha em Touriz;
- Caminho do Barbeito em Nogueira;
- Caminho do Caniço em Nogueira – (2.ª fase);
- Caminho do Centro de Almansor;
- Caminho junto à Capela de Guirela;
- Colocação de tapete na EM 503;
- Corte das curvas entre o lugar de Guirela e Pejão;
- Melhoramento na estrada Sabariz-Carvalho Mau;
- Pavimentação do caminho de ligação de Nogueira ao Parque da Santa Eufémia, em Touriz.

PEDORIDO:

- Acesso a Gaído e Arejinha, a partir da EN 222, em Lavagueiras;
- Acesso à Mina da Pedra;
- Alargamento da Rua do Olival;

- Arranjo do Largo da Capela de Gaido.
- Arruamento do lado nascente do lote n.º 8 da Urbanização Municipal da Póvoa;
- Arruamento na curva do Marco;
- Caminho municipal Póvoa-Gaido/Arejinha, até ao limite com o concelho de Arouca;
- Largo do Boialvo/Largo Dr. Barreiro de Magalhães;
- Passeios da Urbanização da Póvoa;
- Rua da Parada (parte);
- Rua Nova no Monte do Areinho.

RAIVA:

- Melhoramento dos acessos à Escola EB 2/3;
- Caminho Bairro Velho/Vale Salgueiro (Folgozo);
- Caminho da Boca da Rua – Midões;
- Caminho de Ourais;
- Caminho entre Picoto – Capela, em Folgozo;
- Caminho da Escola – Serra (conclusão);
- Caminho da Fonte (Raiva) – (2.ª fase);
- Caminho da Lavoura (Serradelo);
- Caminho das Meirinhas-Alveda (2.ª fase);
- Caminho de Serradelo/Gardunha/Folgozo;
- Caminho do Calçodeiro (conclusão);
- Arruamentos interiores de Gondarém;
- Caminho da ponte do Arda;
- Arruamento do Cruzeiro – Serradelo (conclusão);
- Caminho do Picoto (Gondarém);
- Caminho de Tapado/Fontela;
- Acesso marginal do Douro (Raiva-Midões);
- Arruamento de Alminhas - EN 222 (Raiva);
- Caminho de Raiva – Pereiro (Vale do Seixo);
- Alargamento da Rua de Nossa Senhoras das Amoras.

REAL:

- Alargamento da Ponte das Travessas e do acesso até ao lugar de Castanheiras;
- Alargamento e pavimentação do caminho desde a Rata até Aldeia;
- Construção de passeios de Luzença ao Ribeiro da Igreja;
- Pavimentação do acesso ao Alto de Santo Adrião.
- Pavimentação do caminho da Cova do Coelho;
- Pavimentação do caminho da Lapa;
- Pavimentação do caminho da Ribeira da Lapa e Catrapeiro;
- Pavimentação do caminho de Azevide;
- Pavimentação do caminho de Barreiros e Monte Lobão;
- Pavimentação do caminho de Trelopedado;
- Pavimentação do caminho de Vale de Lobos e Salgueirinhos;
- Recuperação da calçada no lugar do Gilde;
- Substituição da calçada de Vila e Portela;
- Substituição da calçada no lugar do Seixo e abertura de Largo.

SANTA MARIA DE SARDOURA:

- Caminho da Balsa à Fonte da Rata;
- Caminho da Fontela de Guivães à Quintã;
- Caminho da Carvalheira ao Monte do Outeiro;
- Caminho do Serrado ao Bom Retiro;
- Caminho de Carcavelos ao Stº. Antão;

- Caminho de S. Gens à Cruz;
- Caminho de Valveirô a Longras;
- Caminho do Centro de Sardoura ao Outeiro;
- Caminho de Fundo do Adro a Pereire;
- Caminho de S. Gens ao Bacelo;
- Caminho da Cerca;
- Caminho do Regato da Valsa;
- Caminho do Ribeiro de Sá;
- Caminho da Quinta Nova;
- Caminho de Carcavelos – Valcova – Souto Fundeiro – Valveirô;
- Caminho da casa da Catequese a Silveira e Merouços;
- Alargamento no caminho de Mogos-Fontanário;
- Valorização do arruamento ao Cais de Sardoura (Zona Ribeirinha);
- Abertura de Marginal entre Figueirido e a Vila da Raiva;
- Criação de acessos ao Rio Sardoura.

SÃO MARTINHO DE SARDOURA:

- Alargamento da Ponte de Casal Perro.
- Alargamento e pavimentação da EN 224/Espinheirinhos;
- Arranjo do caminho da casa da Junta/EN 224;
- Arranjo do caminho da Cruz da Agra/Rodêlo;
- Caminho da Ponte/Costa (2.ª fase);
- Caminho da Ponte/Moinho/Fontão.
- Caminho da Travessa/Casa Rosa Lopes (2.ª fase);
- Caminho da Zona Desportiva/Cerca (1.ª fase);
- Caminho de Amela/Quintinha (2.ª fase);
- Caminho de Aviais/Regadinhas (1.ª fase);
- Caminho de Cimo de Vila/Chãos (2.ª fase);
- Caminho de Covas de Baixo;
- Caminho de Monte dos Bugalhos/Regadinhas;
- Caminho de Oliveirões/Calçada (2.ª fase);
- Caminho de Oliveirões/Currais (2.ª fase);
- Caminho de Pedra D'Era/Bairro de Curvite/Taipa/Casa Nova (2.ª fase);
- Caminho de Vale de Soeiros;
- Caminho de Varziela/Cruito;
- Caminho do Barreiro/Picotas de Baixo;
- Caminho do Barreiro/Picotas;
- Caminho do Mirante/Montouro;
- Caminho do Terreiro/Scôvo (1.ª fase).

SOBRADO:

- Alargamento da Rua D. Teresa Taveira;
- Caminho entre as Povoações de Baixo e de Cima;
- Caminho dos Lodeiros;
- Caminho de Mogos;
- Caminho do Casal até Rismos;
- Caminho do Casal ao Parque da Feira;
- Caminho de Valverde;
- Caminho de Curvite;
- Parque de estacionamento junto ao cemitério;
- Rua Bernardino Abreu.

PROJECTOS FISICAMENTE CONCLUÍDOS

Referência	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO FINANCEIRO DE 2010	
Objectivo		
2.1.1.1.	<u>Ensino - Pré - Escolar:</u> Remodelação da Pré - Primária da Cêpa (Fornos)	10.457,10 10.457,10
2.1.1.2.	<u>Ensino Básico:</u> Participação na Construção da Escola EB 2/3 do Couto Mineiro	7.945,31 7.945,31
2.3.2.	<u>Ação Social:</u> Adaptação do CAS de Oliveira do Arda	2.426,07 2.426,07
2.4.2.	<u>Ordenamento do Território:</u> Arranjo Urbanístico do Centro de Sardoura	398,33 398,33
2.4.6.2.	<u>Cemitérios:</u> Construção do Cemitério de S. Martinho Construção do Cemitério da Raiva Construção do Cemitério da Póvoa Alargamento do Cemitério de Balnos	1.339,41 5.138,98 5.274,11 9.760,15 21.512,65
2.5.2.	<u>Desporto, Recreio e Lazer:</u> Criação da Zona Desportiva do Couto Mineiro (Peção)	281,55 281,55
3.3.1.1.	<u>Rede Viária e Sinalização:</u> CM Picoto - Folgoso Estrada da Abelhoa Novo Acesso à Vila de Sobrado Estrada Municipal entre Vila Verde e S. Martinho	19.541,79 30.829,77 939,34 187,21 51.498,11

ENTIDADE				PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2010				PÁGINA : 1	
MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA																			
OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	FC		EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTE					
												TOTAL	DEFICITO NÃO DEFIN	2011	2012	2013		OUTROS	
1.			Funções gerais										178.764,00	178.764,00				178.764,00	
1.1.			Serviços gerais de administração pública										25.000,00	25.000,00				25.000,00	
1.1.1.			Administração geral										25.000,00	25.000,00				25.000,00	
1.1.1.1.	0103/020214	03	Cadastro, avaliação e inventário do domínio público municipal	OUTRA			100.0	OA		2010/01/02	2010/12/31		25.000,00	25.000,00				25.000,00	
1.2.			Segurança e ordem públicas										153.764,00	153.764,00				153.764,00	
1.2.1.			Protecção civil e luta contra incêndios										153.764,00	153.764,00				153.764,00	
1.2.1.1.	0103/040701	01	Apoio à actividade dos Bombeiros e outras instituições	OUTRA			100.0	OA		2010/01/02	2010/12/31		15.000,00	15.000,00				15.000,00	
1.2.1.1.	0103/020225	04	Campanhas de divulgação/sensibilização	OUTRA			100.0	OA		2010/01/02	2010/12/31		2.000,00	2.000,00				2.000,00	
1.2.1.1.	0103/040304	06	Ações materiais para prevenção e gestão de riscos materiais e tecnológicos nos municípios do Tâmega	OUTRA			70.0	OA		2010/01/02	2010/12/31		136.764,00	136.764,00				136.764,00	
2.			Funções sociais										1.355.680,00	1.355.680,00	5.000,00			1.355.680,00	
2.1.			Educação										676.570,00	676.570,00				676.570,00	
2.1.1.			Ensino não superior										676.570,00	676.570,00				676.570,00	
2.1.1.1.			Ensino Pré-escolar										201.500,00	201.500,00				201.500,00	
2.1.1.1.1.	04/040701	11	Transferências referentes a protocolos de cooperação para educação pré-escolar	OUTRA			100.0	OA		2010/01/02	2010/12/31		198.000,00	198.000,00				198.000,00	
2.1.1.1.1.	04/080701	02	Apoio ao Investimento em Estabelecimentos de Ensino Pré-escolar Particular	OUTRA			100.0	DASC		2010/01/02	2010/12/31		1.000,00	1.000,00				1.000,00	
2.1.1.1.1.	04/020225	01	Organização de animação pedagógica	OUTRA			100.0	DASC		2010/01/02	2010/12/31		2.000,00	2.000,00				2.000,00	
A TRANSPORTAR ...														379.764,00	379.764,00				379.764,00

ENTIDADE			PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2010		
MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA															

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO
					AC	AA	FC		INÍCIO	FIM	EX. PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EN CURSO (FINANCIAMENTO)	ANOS SEQUENTES				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2011	
A TRANSPORTAR ...																		
2.2.1.	04/040701	02	2002/21	Participação em iniciativas de associações que prossigam fins benéficos.	OUTRA	100.0		04	2010/01/02	2010/12/31	0				855.334,00	855.334,00		855.334,00
2.2.1.	0103/020204	03	2007/2	Apoio à Fixação de Médicos no Concelho	OUTRA	100.0		04	2010/01/02	2010/12/31	0				1.000,00	1.000,00		1.000,00
2.2.1.	0103/020225	01	2010/9	Apoio e participação na prestação de serviços médicos de proximidade	OUTRA	100.0		04	2010/01/02	2010/12/31	0				3.000,00	3.000,00		3.000,00
2.2.1.	0103/020225	02	2010/10	Dinamização de actividades de informação, sensibilização e de prevenção primária	OUTRA	100.0		04	2010/01/02	2010/12/31	0				500,00	500,00		500,00
2.3.				Segurança e acção sociais														
2.3.2.				Ação social											47.000,00	47.000,00		47.000,00
2.3.2.	04/040701	01	2002/16	Apoio a entidades/instituições com actividade na área da acção social	OUTRA	100.0		04	2010/01/02	2010/12/31					47.000,00	47.000,00		47.000,00
2.3.2.	04/08030108	07	2008/2	Fundo Social no âmbito do Regulamento de Solidariedade Social - Transferências de Capital	OUTRA	100.0		04	2010/01/02	2010/12/31	0				3.000,00	3.000,00		3.000,00
2.3.2.	04/04030108	08	2008/3	Fundo Social no âmbito do Regulamento de Solidariedade Social - Transferências Correntes	OUTRA	100.0		04	2010/01/02	2010/12/31	0				3.000,00	3.000,00		3.000,00
2.3.2.	04/020225	01	2010/13	Prevenção e reparação de situações de carência e desqualidade socio-económica	OUTRA	100.0		04	2010/01/02	2010/12/31	0				3.000,00	3.000,00		3.000,00
2.3.2.	04/040701	03	2010/15	Promoção e apoio a projectos e acções de inserção e reinserção socio-profissional	OUTRA	100.0		04	2010/01/02	2010/12/31	0				1.000,00	1.000,00		1.000,00
A TRANSPORTAR ...																		
															876.834,00	876.834,00		876.834,00

ENTIDADE			PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2010					
MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA													PÁGINA : 4					
OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					
					AC	AA	FC		EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EN CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTE				
												TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2011	2012	2013	OUTROS
A TRANSPORTAR ...																		
2.3.2.	04/020210	04 2010 16	Promção do bem estar dos idosos e da sua inclusão na comunidade	OUTRA	100.0		OA		2010/01/02	2010/12/31	0		876.834,00	876.834,00			876.834,00	
2.3.2.	04/020225	05 2010 17	Promção da solidariedade na época natalícia	OUTRA	100.0		OA		2010/01/02	2010/12/31	0		30.000,00	30.000,00			30.000,00	
2.3.2.	0103/020225	08 2010 50	Transporte de doentes no acesso aos hospitais centrais	OUTRA	100.0		OA		2010/01/02	2010/12/31	0		1.000,00	1.000,00			1.000,00	
2.4.			Habituação e serviços colectivos										20.000,00	20.000,00			20.000,00	
2.4.5.			Resíduos sólidos										16.000,00	16.000,00			16.000,00	
2.4.5.	0103/08030108	04 2002 23	Compensação pela Construção do Aterro Inter - Municipal (J.F.)	OUTRA	100.0		OA		2010/01/02	2010/12/31	4		16.000,00	16.000,00			16.000,00	
2.4.6.			Protecção do meio ambiente e conservação da natureza										4.000,00	4.000,00			4.000,00	
2.4.6.3.			Defesa do Meio Ambiente										4.000,00	4.000,00			4.000,00	
2.4.6.3.	03/040701	01 2002 28	Dinamização de iniciativas de educação ambiental e defesa dos recursos naturais.	OUTRA	100.0		OA		2010/01/02	2010/12/31	4		2.500,00	2.500,00			2.500,00	
2.4.6.3.	0103/08030108	02 2008 1	Participação no capital da SIMOCURO, S.A.	OUTRA	100.0		OA		2010/01/02	2010/12/31	3		500,00	500,00			500,00	
2.4.6.3.	03/040701	03 2010 18	Apoio a entidades, instituições e iniciativas na área da defesa do Meio-Ambiente	OUTRA	100.0		OA		2010/01/02	2010/12/31	0		1.000,00	1.000,00			1.000,00	
2.5.			Serviços culturais, recreativos e religiosos										600.610,00	600.610,00		5.000,00	605.610,00	
2.5.1.			Cultura										360.610,00	360.610,00		5.000,00	365.610,00	
2.5.1.	04/040701	01 2002 10	Cooperação no desenvolvimento da cultura, Recreio e Religião	OUTRA	100.0		OA		2010/01/02	2010/12/31			225.710,00	225.710,00			225.710,00	
A TRANSPORTAR ...														1.154.544,00	1.154.544,00			1.154.544,00

ENTIDADE			PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2010					
MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA													PÁGINA : 5					
OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC	INÍCIO	FIM	EX. PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EN CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUENTES				
												TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2011	2012		2013
								A TRANSPORTAR ...					1.154.544,00	1.154.544,00				1.154.544,00
2.5.1.	04/06020305	04	2002 11	Organização e participação em feiras e certames	OUTRA	100.0		2010/01/02	2010/12/31	0A			63.000,00	63.000,00				63.000,00
2.5.1.	04/020225	08	2010 26	Recolha, salvaguarda e valorização do património arquitectónico	OUTRA	100.0		2010/01/02	2010/12/31	DASC			1.000,00	1.000,00				1.000,00
2.5.1.	04/020225	09	2010 27	Salvaguarda e valorização do património arqueológico	OUTRA	100.0		2010/01/02	2010/12/31	DASC			1.000,00	1.000,00				1.000,00
2.5.1.	04/020225	11	2010 29	Actualização dos fundos documentais da Biblioteca Municipal	OUTRA	100.0		2010/01/02	2010/12/31	DASC			2.000,00	2.000,00				2.000,00
2.5.1.	04/020225	12	2010 30	Promocção de festejos, iniciativas, comemorações, referências e eventos diversos	OUTRA	100.0		2010/01/02	2010/12/31	DASC			65.000,00	65.000,00				65.000,00
2.5.1.	04/06020305	14	2010 31	Financiamento das bibliotecas escolares no âmbito do Plano Nacional de Leitura	OUTRA	100.0		2010/01/02	2010/12/31	DASC			2.900,00	2.900,00	5.000,00			7.900,00
2.5.2.				Desporto, recreio e lazer														
2.5.2.	04/040701	01	2002 12	Apoio a colectividades, associações, instituições e iniciativas que prossigam ou contribuam para o desenvolvimento desportivo, e para a ocupação de tempos livres e lazer.	OUTRA	100.0		2010/01/02	2010/12/31	0A			240.000,00	240.000,00				240.000,00
2.5.2.	04/040701	01	2002 12	Apoio a colectividades, associações, instituições e iniciativas que prossigam ou contribuam para o desenvolvimento desportivo, e para a ocupação de tempos livres e lazer.	OUTRA	100.0		2010/01/02	2010/12/31	0A			215.000,00	215.000,00				215.000,00
2.5.2.	04/020225	05	2010 37	Promocção de eventos desportivos, de recreio e lazer de interesse público	OUTRA	100.0		2010/01/02	2010/12/31	0A			25.000,00	25.000,00				25.000,00
3.				Funções económicas														
3.2.				Indústria e energia														
3.2.3.				Desenvolvimento Industrial														
3.2.3.	03/080102	01	2002 27	Incentivos à construção de novas unidades industriais.	OUTRA	100.0		2010/01/02	2010/12/31	0A			5.000,00	5.000,00				5.000,00
								A TRANSPORTAR ...					1.534.444,00	1.534.444,00	5.000,00			1.539.444,00

ENTIDADE		PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2010					
MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA												PÁGINA : 6					
OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO		RESPON. SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO	
					AC	AA		FC	INÍCIO	FIM	EX. PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	PAGAM. PREY. DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUENTES		
													TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN.		2011
								A TRANSPORTAR ...				1.534.444,00	1.534.444,00	5.000,00		1.539.444,00	
3.2.3.	0103/08050108	02	2005/2	Participação em Entidades Executoras de Z.A.E.	OUTRA	100.0		OA	2010/01/02	2010/12/31			5.000,00	5.000,00		5.000,00	
3.2.3.	0103/080102	01	2010/38	Incentivos à criação de postos de trabalho	OUTRA	100.0		OA	2010/01/02	2010/12/31	0		5.000,00	5.000,00		5.000,00	
3.4.				Comércio e turismo													
3.4.1.				Merçados e feiras													
3.4.1.	04/08020305	04	2010/53	Organização e participação em feiras e certames	OUTRA	100.0		OA	2010/01/02	2010/12/31	0		25.000,00	25.000,00		25.000,00	
3.4.2.				Turismo													
3.4.2.	03/080102	01	2002/26	Incentivos à construção de empreendimentos que interessem ao desenvolvimento turístico	OUTRA	100.0		OA	2010/01/02	2010/12/31			7.000,00	7.000,00		7.000,00	
3.4.2.	0103/020225	01	2010/39	Incentivos à criação de postos de trabalho	OUTRA	100.0		OA	2010/01/02	2010/12/31	0		2.000,00	2.000,00		2.000,00	
4.				Outras funções													
4.2.				Transferências entre administrações													
4.2.1.				Freguesias													
4.2.1.	0103/08050102	01	2002/35	Transferências de capital - obras	OUTRA	100.0		OA	2010/01/02	2010/12/31			1.455.350,22	1.455.350,22		1.455.350,22	
4.2.1.	0103/04050102	02	2002/36	Transferências correntes - Aquecimento de edifícios Escolares	OUTRA	100.0		OA	2010/01/02	2010/12/31			1.448.350,22	1.448.350,22		1.448.350,22	
4.2.1.	0103/08050102	03	2002/29	Comparticipação na construção da Sede da Junta de Freguesia de Pedrido.	OUTRA	100.0		OA	2010/01/02	2010/12/31	4		806.795,78	806.795,78		806.795,78	
4.2.1.	0103/08050102	04	2004/1	Transferências de Capital - Limpeza e Manutenção de Vias Municipais	OUTRA	100.0		OA	2010/01/02	2010/12/31			652.775,78	652.775,78		652.775,78	
4.2.1.	0103/08050102	02	2002/36	Transferências correntes - Aquecimento de edifícios Escolares	OUTRA	100.0		OA	2010/01/02	2010/12/31			20.100,00	20.100,00		20.100,00	
4.2.1.	0103/08050102	03	2002/29	Comparticipação na construção da Sede da Junta de Freguesia de Pedrido.	OUTRA	100.0		OA	2010/01/02	2010/12/31	4		5.000,00	5.000,00		5.000,00	
4.2.1.	0103/08050102	04	2004/1	Transferências de Capital - Limpeza e Manutenção de Vias Municipais	OUTRA	100.0		OA	2010/01/02	2010/12/31			107.920,00	107.920,00		107.920,00	
									A TRANSPORTAR ...				2.362.239,78	2.362.239,78	5.000,00	2.367.239,78	

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO				
					AC	AA	FC		INÍCIO	FIM	EX.	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUINTE						
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2011	2012		2013	OUTROS		
4.2.1.	0103/08050102	05	2004/2	Transferências de Capital – OUTRA (Conservação e Manutenção de Edifícios Escolares		100.0		0A	2010/01/02	2010/12/31	0				2.362.239,78	2.362.239,78	5.000,00			2.367.239,78			
4.2.2.				Outras																			
4.2.2.	0103/08050108	01	2002/30	Intervenção integrada no Vale do Sousa		100.0		0A	2010/01/02	2010/12/31	4				21.000,00	21.000,00				21.000,00			
4.2.2.	0103/04050108	03	2005/3	Transferência para Entidades em que o Município participa		100.0		0A	2010/01/02	2010/12/31					641.554,44	641.554,44				641.554,44			
4.2.2.				OUTRAS											5.000,00	5.000,00				5.000,00			
4.2.2.	0103/020225	02	2010/41	Intercâmbio de acções com municípios geminados		100.0		0A	2010/01/02	2010/12/31	0				50.000,00	50.000,00				50.000,00			
4.2.2.	0103/04050104	03	2010/51	ANVS – Transferências correntes		100.0		0A	2010/01/02	2010/12/31	0				3.000,00	3.000,00				3.000,00			
4.3.				Diversas não especificadas											583.554,44	583.554,44				583.554,44			
4.3.1.				Ensino Superior											7.000,00	7.000,00				7.000,00			
4.3.1.				Atribuição de Bolsas de Estudo											7.000,00	7.000,00				7.000,00			
4.3.1.	04/04050108	01	2002/9			100.0		0A	2010/01/02	2010/12/31	0				7.000,00	7.000,00				7.000,00			
TOTAL GERAL																3.031.794,22	3.031.794,22	5.000,00					3.036.794,22

FASES DE EXECUÇÃO

0 - NÃO INICIADA

1 - COM PROJECTO TÉCNICO

2 - ADJUDICADA

3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%

4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%

9 - CONCLUÍDA

O PRESIDENTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS

TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Transferências de Capital

Junta de Freguesia de BAIRROS	Limpeza e Manutenção de Vias Municipais	7.500,00	
			7.500,00
Junta de Freguesia de FORNOS	Limpeza e Manutenção de Vias Municipais	7.500,00	
			7.500,00
Junta de Freguesia de PARAISO	Arranjo e Pavimentação da Estrada entre a EM 504 e Sebariz	9.228,00	
	Caminho Municipal entre Guirela e Folgoso	30.656,00	
	Limpeza e Manutenção de Vias Municipais	7.500,00	
			47.384,00
Junta de Freguesia de PEDRIDO	Bairro Novo da Póvoa	19.367,00	
	Caminho Municipal de Gaido - Arejinha	16.555,81	
	Limpeza e Manutenção de Vias Municipais	7.500,00	
			43.422,81
Junta de Freguesia de RAIVA	Caminho Municipal da Cabine - Gondarém	3.451,00	
	Caminho Municipal da Costeirinha - Serradelo	60.293,00	
	Caminho Municipal da Travessa das Interações	5.008,00	
	Caminho Municipal do Bairro Velho/Capela - Folgoso	8.664,00	
	Caminho Municipal de Lavadouro - Serradelo	30.327,00	
	Limpeza e Manutenção de Vias Municipais	7.500,00	
			115.243,00
Junta de Freguesia de REAL	Arranjo do Caminho Municipal de Carrançosa/Chandeira	96.692,00	
	Arranjo do Largo de Nalões	761,00	
	Caminho Municipal de Sta. Iria - Moinho	148.392,00	
	Limpeza e Manutenção de Vias Municipais	7.500,00	
			253.345,00
Junta de Freguesia de S. MARTINHO	Caminho Municipal da Cadeia - Toirões	141.565,08	
	Caminho Municipal de Cima da Vila - Vale Covo	41.366,25	
	Caminho Municipal de Vinha d'Além - Cruz da Agra	65.467,00	
	Limpeza e Manutenção de Vias Municipais	7.500,00	
			255.898,33
Junta de Freguesia de SARDOURA	Limpeza e Manutenção de Vias Municipais	7.500,00	
			7.500,00
Junta de Freguesia de SOBRADO	Limpeza e Manutenção de Vias Municipais	7.500,00	
			7.500,00
Total:			745.293,14

TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Conservação e Manutenção de Edifícios Escolares

Comparticipação por sala 2010

175,00

Juntas de Freguesia	Salas		Salas	Total
	EB1	Jardins		
Junta de Freguesia de Bairros	4	2	6	1.050,00
Junta de Freguesia de Paraíso	2	1	3	525,00
Junta de Freguesia de Pedrido	4	2	6	1.050,00
Junta de Freguesia da Raiva	11	4	15	2.625,00
Junta de Freguesia de Real	4	2	6	1.050,00
Junta de Freguesia de S. Martinho	6	4	10	1.750,00
Junta de Freguesia de Sardoura	9	3	12	2.100,00
Junta de Freguesia de Fornos	4	2	6	1.050,00
Junta de Freguesia de Sobrado	7	3	10	1.750,00
			Total:	12.950,00

TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Aquecimento de Edifícios Escolares

Comparticipação por sala 2010

150,00

Juntas de Freguesia	Salas		Salas	Total
	EB1	Jardins		
Junta de Freguesia de Bairros	4	1	5	750,00
Junta de Freguesia de Paraíso	3	0	3	450,00
Junta de Freguesia de Pedorido	4	2	6	900,00
Junta de Freguesia da Raiva	10	3	13	1.950,00
Junta de Freguesia de Real	3	2	5	750,00
Junta de Freguesia de S. Martinho	6	2	8	1.200,00
Junta de Freguesia de Sardoura	8	1	9	1.350,00
Junta de Freguesia de Fornos	4	1	5	750,00
Junta de Freguesia de Sobrado	6	0	6	900,00
			Total:	9.000,00

ORÇAMENTO

ENTIDADE		ORÇAMENTO DA RECEITA		DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2010	
MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA					
CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE		PÁGINA : 1	
R E C E I T A S C O R R E N T E S					
01	IMPOSTOS DIRECTOS	11.419.329,20			
01.02	OUTROS	985.861,58			
01.02.02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	985.861,58			
01.02.03	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	391.759,33			
01.02.04	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS	162.342,03			
01.02.07	IMPOSTOS ABOLIDOS	417.219,11			
01.02.07.01	Contribuição Autarquica	14.541,11			
01.02.07.02	Imposto Municipal de Sisa	2.512,88			
01.02.07.03	Imposto Municipal Sobre Veiculos	10.872,89			
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	1.155,34			
02.02	OUTROS	1.990,82			
02.02.06	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	1.990,82			
02.02.06.05	Publicidade	1.990,82			
02.02.06.99	Outros	1.980,82			
02.02.06.99.99	Outros	10,00			
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	10,00			
04.01	TAXAS	402.084,55			
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	379.168,16			
04.01.23.01	Mercados e Feiras	379.168,16			
04.01.23.02	Loteamento e Obras	122.121,00			
04.01.23.03	Ocupação de Via Pública	180.772,37			
04.01.23.05	Caça, uso e porte de arma	963,68			
04.01.23.99	OUTROS	112,47			
04.01.23.99.02	Taxa pela Emissão de Certificado de Registo	75.198,64			
04.01.23.99.99	Outras	7,00			
04.01.23.99.99.02	Taxas de Estacionamento de Duração Limitada	75.191,64			
04.01.23.99.99.03	Outras	1.042,99			
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	74.148,65			
04.02.01	JUROS DE MORA	22.916,39			
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	7.690,46			
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	5.180,21			
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	10.045,72			
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	6.706,84			
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	3.950,64			
05.07	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	2.756,20			
05.07.03	Empresas privadas	2.756,20			
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.677.008,99			
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5.677.008,99			
06.03.01	ESTADO	5.581.274,19			
06.03.01.01	FEF Final	3.382.324,00			
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	430.542,00			
06.03.01.03	IRS	154.458,00			
06.03.01.99	Outros	1.613.950,19			
06.03.06	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	95.734,80			
06.03.06.02	Feder	95.734,80			
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.946.859,12			
07.01	VENDA DE BENS	459.649,44			
07.01.08	MERCADORIAS	459.649,44			
07.01.08.01	AGUA	459.649,44			
07.02	SERVIÇOS	1.009.430,45			
07.02.06	REPARAÇÕES	3.683,67			

ENTIDADE		MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA		ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2010
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç Ã O			M O N T A N T E
07.02.09	07.02.09.01	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS			155.791,78
07.02.09	07.02.09.02	Saneamento			3.124,00
07.02.09	07.02.09.04	Resíduos Sólidos			148.261,83
07.02.09	07.02.09.05	Trabalhos por Conta de Particulares			1.885,51
07.02.99	07.02.99.01	Cemitérios			2.520,44
07.02.99	07.02.99.01	OUTROS			849.955,00
07.02.99	07.02.99.99	Encargos de Cobrança de Receitas			5,00
07.03	07.03.01	OUTROS			849.950,00
07.03.01	07.03.01.01	RENDAS			477.779,23
07.03.02	07.03.02	HABITAÇÕES			31.525,97
07.03.99	07.03.99	Social			31.525,97
08	08.01	EDIFÍCIOS			263.848,56
08.01.99	08.01.99.03	OUTRAS RECEITAS CORRENTES			182.404,70
08.01.99.99	08.01.99.99	OUTRAS			2.398.817,30
		OUTRAS			2.398.817,30
		IVA Reembolsado			2.398.817,30
		Diversas			30.863,58
		R E C E I T A S D E C A P I T A L			2.367.953,72
09	09.01	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO			14.297.337,07
09.01.02	09.01.02	TERRENOS			7.259.360,01
09.01.10	09.01.10	SOCIEDADES FINANCEIRAS			698.620,00
09.02	09.02.10	FAMÍLIAS			489.030,00
09.02.10	09.02.10	HABITAÇÕES			209.590,00
09.03	09.03.10	FAMÍLIAS			2.298.840,01
09.03.10	09.03.10	EDIFÍCIOS			2.298.840,01
10	10.03	FAMÍLIAS			4.261.900,00
10.03	10.03.01	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			4.261.900,00
10.03.01	10.03.01.01	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			6.354.787,69
10.03.01.01	10.03.01.01.04	ESTADO			6.354.787,69
10.03.01.04.02	10.03.01.04.02	FEF Final			2.563.345,54
10.03.07	10.03.07.01	Cooperação Técnica e Financeira			2.254.882,00
10.03.07.01	10.03.07.01	Instituto Português do Livro e da Biblioteca			308.463,54
10.03.08	10.03.08	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS			308.463,54
10.03.08.03	10.03.08.03	Feder			3.791.432,15
11	11.06	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS			3.791.432,15
11.06	11.06.01	IFADAP			10,00
13	13.01	ACTIVOS FINANCEIROS			10,00
13.01.99	13.01.99	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS			50.000,00
		SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA			50.000,00
		OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			50.000,00
		OUTRAS			633.189,37
		OUTRAS			633.189,37
TOTAL DAS RECEITAS					25.716.666,27

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

ENTIDADE		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)		DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2010	
MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA				PÁGINA : 1	
C L A S S I F I C A Ç Õ E S					
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç Ã O		M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA			ORGÂNICA	ECONÓMICA
01		ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL		6.350.478,52	
01.01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL		22.800,00	
		DESPESAS CORRENTES			22.800,00
	01.02	ABONOS COM O PESSOAL			21.500,00
	01.02.04	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS			21.000,00
	01.02.13	AJUDAS DE CUSTO			1.000,00
	01.02.13.02	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS			20.000,00
	01.03	OUTROS			20.000,00
	01.03.09	SEGURANÇA SOCIAL			500,00
	01.03.09.01	SEGUROS			500,00
	02	SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇ. PROFISSI.			500,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			1.300,00
	02.01.08	AQUISIÇÃO DE BENS			1.000,00
	02.01.16	MATERIAL DE ESCRITÓRIO			500,00
	02.01.16.03	MERCADORIAS PARA VENDA			250,00
	02.01.21	OUTROS			250,00
	02.02	OUTROS BENS			250,00
	02.02.25	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS			300,00
01.02		OUTROS SERVIÇOS		1.902.422,79	
		OPERAÇÕES FINANCEIRAS			
		DESPESAS CORRENTES			
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS			134.224,46
	03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA			134.224,46
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES			134.224,46
		FINANCEIRAS			
	03.01.03.01	Empréstimos de curto prazo			2.500,00
	03.01.03.01.01	Caixa Geral de Depósitos			2.500,00
	03.01.03.02	Empréstimos de médio e longo prazos			131.724,46
	03.01.03.02.01	Caixa Geral de Depósitos - CGD			15.804,18
	03.01.03.02.02	Banco Português do Investimento - BPI			19.586,19
	03.01.03.02.03	Banco Comercial Português (Millennium BCP)			87.220,30
	03.01.03.02.04	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - IHRU			2.921,67
	03.01.03.02.05	Banco Espírito Santo - BES			6.192,12
		DESPESAS DE CAPITAL			
	10	PASSIVOS FINANCEIROS			1.768.198,33
	10.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO			1.768.198,33
	10.05.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES			250.000,00
		FINANCEIRAS			
	10.05.03.01	Caixa Geral de Depósitos			250.000,00
	10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS			250.000,00
	10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES			1.518.198,33
		FINANCEIRAS			
	10.06.03.01	Caixa Geral de Depósitos - C.G.D.			162.332,52
	10.06.03.02	Banco Português do Investimento - B.P.I.			311.748,68
	10.06.03.03	Banco Comercial Português (Millennium BCP)			1.013.944,46
	10.06.03.04	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - IHRU			17.546,71
	10.06.03.05	Banco Espírito Santo			12.625,96
01.03		CAMARA MUNICIPAL		4.425.255,73	
		DESPESAS CORRENTES			
	01	DESPESAS COM O PESSOAL			2.530.958,87
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES			603.205,53
					451.210,08

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÔMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÔMICA
	01.01.01	TITULARES DE ORGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		128.000,00
	01.01.03	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA		50,00
	01.01.03.00	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA		50,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		109.210,08
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		105.946,44
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		3.113,64
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		150,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		200,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		50,00
	01.01.06.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		50,00
	01.01.06.03	ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		50,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		50,00
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		100,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		100,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		105.000,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		26.500,00
	01.01.11.01	REPRESENTAÇÃO ELEITOS		50,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		30.000,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		10.000,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO		16.500,00
	01.01.13.02	Pessoal em Qualquer outra Situação		3.500,00
	01.01.13.03	Membros dos órgãos Autárquicos		45.000,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		25.000,00
	01.01.14.01	Pessoal do Quadro		20.000,00
	01.01.14.02	Pessoal em Qualquer Outra Situação		7.000,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		17.400,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		1.000,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		6.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		50,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		50,00
	01.02.07	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		50,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		50,00
	01.02.09	SUBSÍDIO DE PREVENÇÃO		50,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO		50,00
	01.02.11	SUBSÍDIO DE TURNO		50,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		50,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		8.050,00
	01.02.13.00	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		50,00
	01.02.13.02	OUTROS		8.000,00
	01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		2.000,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		134.595,45
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		10.500,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		8.000,00
	01.03.03	ABONO DE FAMÍLIA A CRIANÇAS E JOVENS		6.500,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		500,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		86.150,00
	01.03.05.00	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		50,00
	01.03.05.01	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS (ADSE)		50,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		86.000,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		31.000,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL REGIME GERAL		55.000,00
	01.03.05.03	OUTROS		50,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1.000,00
	01.03.09	SEGUROS		21.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.03.09.01	SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇ. PROFISSI.		21.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		945,45
	01.03.10.01	EVENTUALIDADE, MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO		895,45
	01.03.10.99	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		50,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		849.900,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		64.450,00
	02.01.01	MATERIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		250,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		15.350,00
	02.01.02.02	Gasóleo		350,00
	02.01.02.99	Outros		15.000,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		600,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		9.000,00
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÉUTICOS		2.000,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		100,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		25.800,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		500,00
	02.01.16.03	Outros		500,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		500,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		5.100,00
	02.01.21	OUTROS BENS		5.250,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		785.450,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		269.400,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		750,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		3.500,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		100,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		46.000,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		95.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES		3.000,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		100,00
	02.02.12	SEGUROS		16.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		100,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		165.000,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		7.000,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		1.000,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		3.500,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		2.000,00
	02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE		5.500,00
	02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS		87.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		80.500,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		8.744,62
	03.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		3.744,62
	03.03.05	MATERIAL DE TRANSPORTE		3.744,62
	03.05	OUTROS JUROS		5.000,00
	03.05.02	OUTROS		5.000,00
	03.05.02.02	Outros Juros		5.000,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.007.758,72
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		992.758,72
	04.05.01	CONTINENTE		992.758,72
	04.05.01.02	Freguesias		41.600,00
	04.05.01.04	Associações de Municípios		891.158,72
	04.05.01.08	Outros		60.000,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		15.000,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		15.000,00
	05	SUBSÍDIOS		100,00
	05.08	FAMÍLIAS		100,00
	05.08.03	OUTRAS		100,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		61.250,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS	D E S I G N A Ç ã O			
ORGÂNICA	ECONÔMICA		ORGÂNICA	ECONÔMICA
06.02		DIVERSAS		61.250,00
06.02.01		IMPOSTOS E TAXAS		250,00
06.02.03		OUTRAS		61.000,00
06.02.03.01		Restituições		500,00
06.02.03.02		IVA pago		30.000,00
06.02.03.04		Serviços Bancários		15.000,00
06.02.03.05		Outras		15.500,00
07		D E S P E S A S D E C A P I T A L		1.894.296,86
07.01		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		312.909,70
07.01.03		INVESTIMENTOS		285.792,10
07.01.03.07		EDIFÍCIOS		52.000,00
07.01.04		OUTROS		52.000,00
07.01.04.08		CONSTRUÇÕES DIVERSAS		25.000,00
07.01.06		Viação Rural		25.000,00
07.01.06.02		MATERIAL DE TRANSPORTES		30.000,00
07.01.07		Outro		30.000,00
07.01.09		EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		500,00
07.01.10		EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		176.792,10
07.01.10.02		EQUIPAMENTO BÁSICO		500,00
07.01.15		Outro		500,00
07.02		OUTROS INVESTIMENTOS		500,00
07.02.05		LOCAÇÃO FINANCEIRA		1.000,00
08		MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA		27.117,60
08.01		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		27.117,60
08.01.02		SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		1.124.195,78
08.05		PRIVADAS		5.000,00
08.05.01		ADMINISTRAÇÃO LOCAL		5.000,00
08.05.01.02		CONTINENTE		1.119.195,78
08.05.01.02		Freguesias		1.119.195,78
08.05.01.04		ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS		786.695,78
08.05.01.08		Outras		295.000,00
09		ATIVOS FINANCEIROS		37.500,00
09.06		EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		50.000,00
09.06.01		SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PRIVADAS		50.000,00
11		OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		50.000,00
11.02		DIVERSAS		407.191,38
11.02.99		Outras		407.191,38
11.02.99.01		Indemnizações		407.191,38
		DIVISÃO DE ADM. GERAL	826.005,78	
01		D E S P E S A S C O R R E N T E S		792.946,94
01.01		DESPESAS COM O PESSOAL		693.911,94
01.01.03		REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		522.932,37
01.01.03.00		PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA		50,00
01.01.04		PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA		50,00
		PESSOAL DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO	370.591,09	
01.01.04.01		PESSOAL EM FUNÇÕES		357.763,49
01.01.04.02		ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		10.827,60
01.01.04.04		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		2.000,00
01.01.06		PESSOAL CONTRATADO A TERMO		100,00
01.01.06.04		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		100,00
01.01.07		PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		100,00
01.01.08		PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		100,00
01.01.09		PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		32.741,28
01.01.11		REPRESENTAÇÃO		2.500,00
01.01.11.02		Pessoal dos Quadros		2.500,00
01.01.12		SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		50,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÔMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÔMICA
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		33.200,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO		32.000,00
	01.01.13.02	Pessoal em Qualquer outra situação		1.200,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		68.500,00
	01.01.14.01	Pessoal do Quadro		63.000,00
	01.01.14.02	Pessoal em Qualquer outra situação		5.500,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		15.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		7.500,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		1.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		3.000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		2.200,00
	01.02.07	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		50,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		50,00
	01.02.09	SUBSÍDIO DE PREVENÇÃO		50,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO		50,00
	01.02.11	SUBSÍDIO DE TURNO		50,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		50,00
	01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		1.000,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		163.479,57
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		37.800,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		15.500,00
	01.03.03	ABONO DE FAMÍLIA A CRIANÇAS E JOVENS		16.000,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		8.000,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		75.200,00
	01.03.05.00	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		50,00
	01.03.05.01	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS (ADSE)		50,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		75.000,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		73.000,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL REGIME GERAL		2.000,00
	01.03.05.03	OUTROS		100,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1.000,00
	01.03.09	SEGUROS		4.500,00
	01.03.09.01	SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇ. PROFISSI.		4.500,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		5.479,57
	01.03.10.01	EVENTUALIDADE, MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO		5.429,57
	01.03.10.99	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		50,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		97.585,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		25.235,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		100,00
	02.01.02.99	Outros		100,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		500,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		50,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		19.000,00
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		2.335,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		50,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		100,00
	02.01.16.03	Outros		100,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		50,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		50,00
	02.01.21	OUTROS BENS		50,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		3.000,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		72.350,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		1.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES		50,00
	02.02.12	SEGUROS		100,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		50,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÔMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÔMICA
	02.02.15	FORMAÇÃO		25.000,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		50,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		46.000,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.450,00
	06.02	DIVERSAS		1.450,00
	06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS		100,00
	06.02.03	OUTRAS		1.350,00
	06.02.03.04	Serviços Bancários		1.250,00
	06.02.03.05	Outras		100,00
	07	D E S P E S A S D E C A P I T A L		33.058,84
	07.01	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		33.058,84
	07.01.06	INVESTIMENTOS		33.058,84
	07.01.06.02	MATERIAL DE TRANSPORTES		5.000,00
	07.01.07	Outro		5.000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		3.000,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		5.000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		17.058,84
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		3.000,00
	07.01.10.02	Outro		3.000,00
03		DEP. TÉCNICO DE OBRAS E URBANISMO E SERV. URBANOS	14.880.670,98	
	01	D E S P E S A S C O R R E N T E S		4.431.697,94
	01.01	DESPESAS COM O PESSOAL		1.749.717,94
	01.01.03	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		1.232.477,04
	01.01.03.00	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA		50,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA		50,00
		PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO	839.877,39	
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		767.729,17
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		26.444,10
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		45.704,12
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		4.514,38
	01.01.06.00	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		50,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		4.364,38
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		100,00
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		9.000,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		4.000,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		66.485,27
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		6.000,00
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		6.000,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		50,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		102.500,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO		100.000,00
	01.01.13.02	PESSOAL em Qualquer outra situação		2.500,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		175.000,00
	01.01.14.01	PESSOAL do Quadro		160.000,00
	01.01.14.02	PESSOAL em Qualquer outra situação		15.000,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		25.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		45.250,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		6.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		3.000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		50,00
	01.02.07	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		50,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		50,00
	01.02.09	SUBSÍDIO DE PREVENÇÃO		50,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO		50,00
	01.02.11	SUBSÍDIO DE TURNO		10.000,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		6.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		20.000,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		471.990,90
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		188.000,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		20.000,00
	01.03.03	ABONO DE FAMÍLIA A CRIANÇAS E JOVENS		35.000,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		8.000,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		185.150,00
	01.03.05.00	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		50,00
	01.03.05.01	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS (ADSE)		50,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		185.000,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		155.000,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL REGIME GERAL		30.000,00
	01.03.05.03	OUTROS		50,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		10.000,00
	01.03.09	SEGUROS		10.000,00
	01.03.09.01	SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇ. PROFISSI.		10.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		15.840,90
	01.03.10.01	EVENTUALIDADE, MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO		15.790,90
	01.03.10.99	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		50,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		1.490.380,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		1.054.930,00
	02.01.01	MATERIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		8.500,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		173.000,00
	02.01.02.01	Gasolina		20.000,00
	02.01.02.02	Gasóleo		135.000,00
	02.01.02.99	Outros		18.000,00
	02.01.03	MUNICÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS		50,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		14.000,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		27.430,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		7.000,00
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÉUTICOS		250,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		28.700,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		2.500,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		750.000,00
	02.01.16.01	Água		750.000,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		1.500,00
	02.01.21	OUTROS BENS		42.000,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		435.450,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		75.000,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		2.500,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		100,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		12.500,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		2.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES		100,00
	02.02.12	SEGUROS		18.000,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		85.000,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		10.000,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		250,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		10.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		220.000,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		1.121.500,00
	03.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		1.500,00
	03.03.05	MATERIAL DE TRANSPORTE		1.500,00
	03.05	OUTROS JUROS		1.120.000,00
	03.05.02	OUTROS		1.120.000,00
	03.05.02.01	Juros		20.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÔMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÔMICA
	03.05.02.02	OUTROS JUROS		1.100.000,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		3.600,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		3.600,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		3.600,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		66.500,00
	06.02	DIVERSAS		66.500,00
	06.02.03	OUTRAS		66.500,00
	06.02.03.01	Restituições		66.500,00
	06.02.03.04	Serviços Bancários		1.000,00
	06.02.03.05	Outras		9.500,00
	07	D E S P E S A S D E C A P I T A L		56.000,00
	07.01	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		10.448.973,04
	07.01.01	INVESTIMENTOS		10.418.973,04
	07.01.02	TERRENOS		10.406.973,04
	07.01.02.03	HABITAÇÕES		125.000,00
	07.01.03	Reparação e Beneficiação		137.500,00
	07.01.03.01	EDIFÍCIOS		137.500,00
	07.01.03.02	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		1.248.350,03
	07.01.03.04	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		70.000,00
	07.01.03.05	CRECHES		125.281,55
	07.01.03.07	ESCOLAS		360.197,10
	07.01.04	OUTROS		517.945,31
	07.01.04.02	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		174.926,07
	07.01.04.04	Esgotos		8.480.323,01
	07.01.04.05	Iluminação pública		262.640,00
	07.01.04.06	Parques e Jardins		25.000,00
	07.01.04.07	Instalações Desportivas e Recreativas		56.000,00
	07.01.04.08	Captação, Tratamento e Distribuição de Água		470.000,00
	07.01.04.09	Viação Rural		265.000,00
	07.01.04.12	Sinalização e Trânsito		5.468.337,37
	07.01.04.13	Cemitérios		2.000,00
	07.01.06	OUTROS		126.312,65
	07.01.06.02	MATERIAL DE TRANSPORTES		1.805.032,99
	07.01.07	OUTRO		260.000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		260.000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		3.000,00
	07.01.10.01	EQUIPAMENTO BÁSICO		3.000,00
	07.01.10.02	Equipamento de Recolha de Resíduos		147.300,00
	07.01.15	OUTRO		10.000,00
	07.02	OUTROS INVESTIMENTOS		137.300,00
	07.02.05	LOCAÇÃO FINANCEIRA		2.500,00
	08	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA		12.000,00
	08.01	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		12.000,00
	08.01.02	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		10.000,00
	11	PRIVADAS		10.000,00
	11.02	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		20.000,00
	11.02.99	DIVERSAS		20.000,00
	11.02.99.01	Outras		20.000,00
		Indemnizações		20.000,00
		DIVISAO SOCIO-CULTURAL, EDUCAÇÃO E APOIO AO DESENV.		
		D E S P E S A S C O R R E N T E S	3.659.510,99	
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		3.506.700,99
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		799.195,99
	01.01.03	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA		548.083,12
	01.01.03.00	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA		50,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		390.233,30

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS	D E S I G N A Ç ã O		ORGÂNICA	ECONÔMICA
ORGÂNICA	ECONÔMICA			
01.01.04.01		PESSOAL EM FUNÇÕES		365.012,02
01.01.04.02		ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		12.221,28
01.01.04.04		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		13.000,00
01.01.06		PESSOAL CONTRATADO A TERMO		12.399,82
01.01.06.00		PESSOAL EM FUNÇÕES		50,00
01.01.06.01		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		12.249,82
01.01.06.04		PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		100,00
01.01.07		PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		15.000,00
01.01.08		PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1.800,00
01.01.09		REPRESENTAÇÃO		100,00
01.01.11		Pessoal dos Quadros		50,00
01.01.11.02		SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		50,00
01.01.12		SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		50,00
01.01.13		PESSOAL em Qualquer Outra Situação		44.900,00
01.01.13.01		SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		43.300,00
01.01.13.02		PESSOAL em Qualquer Outra Situação		1.600,00
01.01.14		SUBSÍDIOS do Quadro		73.500,00
01.01.14.01		PESSOAL em Qualquer Outra Situação		70.000,00
01.01.14.02		REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		3.500,00
01.01.15		ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		10.000,00
01.02		HORAS EXTRAORDINÁRIAS		10.985,96
01.02.02		AJUDAS DE CUSTO		3.500,00
01.02.04		ABONO PARA FALHAS		1.500,00
01.02.05		COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		3.135,96
01.02.07		SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		50,00
01.02.08		SUBSÍDIO DE PREVENÇÃO		50,00
01.02.09		SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO		50,00
01.02.10		SUBSÍDIO DE TURNO		50,00
01.02.11		INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		100,00
01.02.12		OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		2.500,00
01.02.14		SEGURANÇA SOCIAL		240.126,91
01.03		ENCARGOS COM A SAÚDE		92.000,00
01.03.01		OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		240.126,91
01.03.02		ABONO DE FAMÍLIA A CRIANÇAS E JOVENS		9.500,00
01.03.03		OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		15.000,00
01.03.04		CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		3.000,00
01.03.05		CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		85.364,31
01.03.05.00		ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS (ADSE)		50,00
01.03.05.01		SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE		50,00
01.03.05.02		TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		85.214,31
01.03.05.02.01		CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		62.000,00
01.03.05.02.02		SEGURANÇA SOCIAL REGIME GERAL		23.214,31
01.03.05.03		OUTROS		50,00
01.03.06		ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		1.000,00
01.03.09		SEGUROS		20.000,00
01.03.09.01		SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇ. PROFISSI.		20.000,00
01.03.10		OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		20.000,00
01.03.10.01		EVENTUALIDADE, MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO		14.262,60
01.03.10.01		OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		14.212,60
01.03.10.99		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		50,00
02		AQUISIÇÃO DE BENS		1.879.735,00
02.01		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		82.685,00
02.01.02		Gasóleo		46.000,00
02.01.02.02		Outros		1.000,00
02.01.02.99		LIMPEZA E HIGIENE		45.000,00
02.01.04		VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		250,00
02.01.07				1.500,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÔMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÔMICA
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		3.000,00
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		2.335,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		100,00
	02.01.15	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		12.000,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		100,00
	02.01.16.03	Outros		100,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		5.000,00
	02.01.21	OUTROS BENS		100,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		12.400,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		1.797.050,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		58.000,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		750,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		100,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		5.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES		3.500,00
	02.02.12	SEGUROS		1.130.000,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		4.000,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		4.500,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		8.000,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		100,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		2.500,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		580.600,00
	03.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		30.300,00
	03.03.05	MATERIAL DE TRANSPORTE		300,00
	03.05	OUTROS JUROS		300,00
	03.05.02	OUTROS		30.000,00
	03.05.02.01	Juros		30.000,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		30.000,00
	04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		704.870,00
	04.01.01	PÚBLICAS		38.500,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		38.500,00
	04.05.01	CONTINENTE		20.660,00
	04.05.01.08	Outros		20.660,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		20.660,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		645.710,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		645.710,00
	06.02	DIVERSAS		92.600,00
	06.02.03	OUTRAS		92.600,00
	06.02.03.01	Restituições		100,00
	06.02.03.04	Serviços Bancários		100,00
	06.02.03.05	Outras		100,00
	07	D E S P E S A S D E C A P I T A L		92.400,00
	07.01	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		152.810,00
	07.01.03	INVESTIMENTOS		142.000,00
	07.01.03.07	EDIFÍCIOS		137.000,00
	07.01.07	OUTROS		105.000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		3.000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		10.000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		18.000,00
	07.01.10.02	Outro		18.000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		1.000,00
	07.02	LOCAÇÃO FINANCEIRA		5.000,00
	07.02.05	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA		5.000,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		10.810,00
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		3.000,00
	08.05.01	CONTINENTE		3.000,00
	08.05.01.08	Outras		3.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÔMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÔMICA
	08.07 08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		7.810,00 7.810,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				25.716.666,27
ORGÃO EXECUTIVO			ORGÃO DELIBERATIVO	
Em ____ de ____ de ____			Em ____ de ____ de ____	

ENTIDADE	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	APROVAÇÕES :
MCP		Executivo 
		Deliberativo 

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2010

RECEITAS			DESPESAS		
	MONTANTE	%		MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	985.861,58	3.8	01 DESPESAS COM O PESSOAL	3.867.531,40	15.0
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	1.990,82	0.0	02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.318.900,00	16.8
03 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E A ADSE			03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	1.294.769,08	5.0
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	402.084,55	1.6	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.716.228,72	6.7
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	6.706,84	0.0	05 SUBSÍDIOS	100,00	0.0
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.677.008,99	22.1	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	221.800,00	0.9
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.946.859,12	7.6			
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.398.817,30	9.3	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	11.419.329,20	44.4
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	11.419.329,20	44.4			
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	7.259.360,01	28.2	07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	10.906.941,58	42.4
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.354.787,69	24.7	08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.145.005,78	4.5
11 ACTIVOS FINANCEIROS	50.000,00	0.2	09 ACTIVOS FINANCEIROS	50.000,00	0.2
12 PASSIVOS FINANCEIROS			10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.768.198,33	6.9
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	633.189,37	2.5	11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	427.191,38	1.7
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	14.297.337,07	55.6	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	14.297.337,07	55.6
OUTRAS RECEITAS			TOTAL GERAL		
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR				25.716.666,27	100.0
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS					
TOTAL GERAL	25.716.666,27	100.0			

MAPA DE PESSOAL

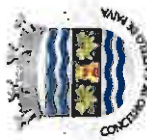


Mapa de Pessoal para 2010

(Artigos 4º e 5º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e 3.º do Dec-Lei 209/2009, de 3 de Setembro)

Câmara Municipal de Castelo de Paiva

Atribuições/competências/ actividades	Cargo/ carreira/ categoria								Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho					Obs.	
	Chefe de divisão	Técnico superior	Coordenador técnico	Técnico de informática	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional	Fiscal municipal		Sapador florestal	Por tempo indeterminado	A termo resolutivo		Em comissão de serviço		
												Ocupados	Não ocupados			Ocupados
Direcção da divisão de administração geral	1									Direito				1		a)
Direcção da divisão de obras municipais	1									Engenharia Civil/arquitectura/planeamento urbanístico				1		b)
Direcção da divisão de planeamento, urbanismo e habitação	1									Engenharia civil/arquitectura/planeamento urbanístico/direito				1		c)
Área funcional de engenharia civil		3								Engenharia civil	3					d)
Área funcional de arquitectura		1								Licenciatura em arquitectura e inscrição na ordem dos arquitectos				1		
Área funcional de engenharia do ambiente		2								Engenharia do ambiente	2					
Área funcional de serviço social		1								Serviço social/ Política social	1					
Área funcional de sociologia		2								Sociologia	2					
Área funcional de economia		1								Economia	1					
Área funcional de arqueologia		1								Arqueologia	1					
Área funcional de jurista		1								Direito	1					e)
Área funcional de medicina veterinária		1								Medicina veterinária	1					
Área funcional de biblioteca e documentação		1								Licenciatura em biblioteca e documentação e áreas afins ou especialização pós-licenciatura na área de ciências documentais ou equiparada				1		
Área administrativa (técnico superior generalista)		1									1					f)
Área funcional de educação física e desporto		2								Educação física e/ou desporto	2					
Área funcional de estudos europeus		3								Estudos europeus	3					
Área funcional de relações internacionais		2								Relações internacionais	2					



Mapa de Pessoal para 2010

(Artigos 4º e 5º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e 3.º do Dec-Lei 209/2009, de 3 de Setembro)

Câmara Municipal de Castelo de Paiva

Atribuições/competências/ actividades	Cargo/ carreira/ categoria								Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho					Obs.	
	Chefe de divisão	Técnico superior	Coordenador técnico	Técnico de informática	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional	Fiscal municipal		Sapador florestal	Por tempo indeterminado	A termo resolutivo		Em comissão de serviço		
												Ocupados	Não ocupados	Ocupados		Não ocupados
Área funcional de administração pública	1								Administração pública	1						
Área funcional de recursos humanos	2								Gestão de Recursos humanos/gestão de empresas/psicologia do trabalho	2						
Área funcional de ciências da educação	1								Ciências da educação	1						
Área funcional de animação sócio-cultural	1								Animação sócio-cultural	1						
Área funcional de Sistemas de Informação Geografica	1								Geografia	1						
Chefia técnica e administrativa da secção de recursos humanos			2							2					g)	
Chefia técnica e administrativa da secção de administração			1							1						
Chefia técnica e administrativa da secção de contabilidade e compras			1							1						
Chefia técnica e administrativa da secção de taxas, licenças e património			1							1					h)	
Chefia técnica e administrativa da secção administrativa da Divisão Sócio-Cultural, Educação e Apoio ao Desenvolvimento			1								1					
Actividades inerentes ao gabinete de informática			3						Informática	2	1					
Área funcional de construção civil					1				Construção civil	1						
Área funcional de aferição de pesos e medidas					1				Aferição de pesos e medidas	1						
Área funcional de desenhador					1				Desenho de construção civil	1						
Área funcional de biblioteca e documentação					2				Biblioteca e documentação	2						
Área funcional de arqueologia					1				Arqueologia		1					
Área funcional de turismo					1				Turismo		1					
Gestão da tesouraria (tesoureiro)					1											
Actividades de índole administrativo (assistente administrativo)										1						
					23					23						



Mapa de Pessoal para 2010

(Artigos 4º e 5º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e 3.º do Dec-Lei 209/2009, de 3 de Setembro)

Câmara Municipal de Castelo de Paiva

Atribuições/competências/ actividades	Cargo/ carreira/ categoria								Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho				Obs.		
	Chefe de divisão	Técnico superior	Coordenador técnico	Técnico de informática	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional	Fiscal municipal		Sapador florestal	Por tempo indeterminado	A termo resolutivo			Em comissão de serviço	
												Ocupados	Não ocupados			Ocupados
Coordenação de assistentes operacionais (obras por administração directa)							3				3			Ocupados	Não ocupados	
Coordenação de assistentes operacionais (sector de oficinas, parque de máquinas e viaturas)							1				1					
Coordenação de assistentes operacionais (parques desportivos e/ou recreativos)							1				1					
Área de apoio educativo (auxiliar de acção educativa)											10					
Motorista de pesados											3					
Motorista de transportes colectivos											1					
Tractorista											1					
Telefonista											1					
Auxiliar técnico de educação											3					
Auxiliar de serviços gerais											9					
Auxiliar administrativo											1					
Condutor de máquinas pesadas e veículos especiais											6					
Varejador											1					
Fiel de armazém											1					
Fiel de mercados e feiras											1					
Leitor-cobrador de consumos											3					
Apontador											1					
Cantoneiro de limpeza											9					
Coveiro											1					
Tratador-apanhador de animais											2					
Operador de estações elevatórias, de tratamento ou depuradoras											1		1			
Marceneiro											3					
											1					



Mapa de Pessoal para 2010

(Artigos 4º e 5º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e 3.º do Dec-Lei 209/2009, de 3 de Setembro)

Câmara Municipal de Castelo de Paiva

Atribuições/competências/ actividades	Cargo/ carreira/ categoria								Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho					Obs.	
	Chefe de divisão	Técnico superior	Coordenador técnico	Técnico de informática	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional	Fiscal municipal		Sapador florestal	Por tempo indeterminado					
											Ocupados	Não ocupados	A termo resolutivo	Em comissão de serviço		
																Ocupados
Montador-eletricista							1			1						
Mecânico							2				2					
Soldador							1					1				
Calceteiro							6				6					
Jardineiro							3				3					
Canalizador							5				5					
Carpinteiro de limpos							1				1					
Electricista							2				2					
Ferreiro							1				1					
Pedreiro							8				8					
Serralheiro civil							2				2					
Pintor							1				1					
Trolha							4				3	1				
Asfaldador							3				3					i)
Cantoneiro							10				4	6				
Porta-miras							1				1					
Fiscalização municipal								1			1					
Prevenção, vigilância e combate de fogos florestais									5					5		
TOTAIS GERAIS	3	28	6	3	31	5	109	1	5		161	20	2	5	3	0



Mapa de Pessoal para 2010

(Artigos 4º e 5º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e 3º do Dec-Lei 209/2009, de 3 de Setembro)

Câmara Municipal de Castelo de Paiva

Observações:

- a) Perfil pretendido – comprovada experiência no exercício de funções dirigentes, designadamente nas áreas administrativa, financeira e patrimonial;
- b) Perfil pretendido – comprovada experiência profissional em cargos dirigentes no âmbito dos serviços de obras municipais e do planeamento, urbanismo e habitação, de duração igual ou superior a três anos;
- c) Perfil pretendido – comprovada experiência profissional no desempenho de cargos dirigentes e de chefia no âmbito dos serviços de obras municipais e do planeamento, urbanismo e habitação, de duração superior a cinco anos.
- d) O titular de um dos postos de trabalho encontra-se, em comissão de serviço, a exercer funções de direcção da Divisão de Obras Municipais (Aires Nery Esteves);
- e) O titular deste posto de trabalho encontra-se, em comissão de serviço, a exercer funções de direcção da divisão de administração geral (Adão Manuel Alves dos Santos);
- f) O titular deste posto de trabalho é oriundo da extinta categoria de chefe de reparação, reclassificado por força das disposições do n.º 1 do artigo 18.º do Dec-Lei 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção da Lei 44/99, de 11 de Junho, encontrando-se, em comissão de serviço, a exercer funções de direcção da Divisão de Planeamento, Urbanismo e Habitação (Luís Manuel Carvalho Moreira);
- g) O titular de um dos postos de trabalho, conjuntamente com o pessoal que lhe está adstrito, constituem uma equipa de suporte orientada para o apoio técnico/administrativo no âmbito da gestão de recursos humanos, nomeadamente nos procedimentos de recrutamento e selecção de pessoal, despesas com pessoal e áreas afins (Mária da Graça Correia de Andrade);
- h) O titular deste posto de trabalho encontra-se, em comissão de serviço, a exercer funções no cargo de adjunto do gabinete de apoio pessoal do Presidente da Câmara (Manuel Gonçalves Moreira);
- i) O titular de um dos postos de trabalho encontra-se, a partir de 14 de Setembro/2009, em mobilidade interna na categoria, no exercício de funções da área de actividade de motorista, nos termos dos artigos 59º. a 65º. da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, dependendo a sua consolidação de despacho do órgão competente que, a verificar-se, determina automaticamente a alteração do posto de trabalho para a área funcional de motorista (Américo Gomes Araújo)

Postos de trabalho extintos:

* São extintos, por já não se tomar necessários, não transitando assim para o mapa de pessoal de 2010, os seguintes postos de trabalho previstos no mapa de pessoal de 2009:

- 1 posto de trabalho na categoria de técnico superior, na área de coordenação da rede social (a termo resolutivo);
- 1 posto de trabalho na categoria de técnico superior, na área funcional de biblioteca e documentação (a termo resolutivo);
- 2 postos de trabalho na categoria de assistente operacional, na área funcional de auxiliar de serviços gerais (a termo resolutivo);
- 6 postos de trabalho na categoria de assistente operacional, na área funcional de pedreiro (a termo resolutivo);
- 1 Posto de trabalho na categoria de técnico superior, na área de coordenação do gabinete técnico florestal (a termo resolutivo);
- 2 postos de trabalho na categoria de assistente operacional, na área funcional de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais (a termo resolutivo);
- 1 posto de trabalho na categoria de técnico superior, na área administrativa - técnico superior generalista (por tempo indeterminado);
- 6 postos de trabalho na categoria de assistente operacional, na área funcional de cantoneiro (a termo resolutivo)

Postos de trabalho criados:

* São criados no mapa de pessoal para 2010 os seguintes novos postos de trabalho:

- 1 posto de trabalho na categoria de técnico superior, na área funcional de arquitectura (por tempo indeterminado);
- 1 posto de trabalho na categoria de técnico superior, na área funcional de sistemas de informação geográfica (por tempo indeterminado);
- 1 posto de trabalho na categoria de assistente técnico, na área funcional de turismo (por tempo indeterminado);
- 1 posto de trabalho na categoria de assistente técnico, na área funcional de arqueologia (por tempo indeterminado);
- 1 posto de trabalho na categoria de técnico de informática, na área de actividades inerentes ao gabinete de informática (por tempo indeterminado);

Informação:

Foram cumpridas todas as obrigações legais ou regulamentares.

20/04/2010. O Chefe de Divisão,

ENCERRAMENTO

O presente documento, que se contém em _____ folhas, incluindo esta, devidamente numeradas e rubricadas, foi submetido à consideração da Câmara Municipal, nos termos e para os efeitos previstos na al. c), n.º 2, art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18/9, na reunião realizada em 26 de Abril de 2010.

A Câmara Municipal,

APROVAÇÃO DEFINITIVA

O documento que antecede, proposto pela Câmara Municipal, conforme sua deliberação de 26 de Abril de 2010, foi aprovado pela Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada em 28 de Abril de 2010.

A Mesa da Assembleia,

Publicitação: Em cumprimento do disposto na al. a) do art.º 4º do DL 54-A/99, de 22/02, foi dada publicidade ao PPI através do edital de 29/04/2010. O Chefe de Divisão,